

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**Faculdade de Filosofia**

**Departamento de Graduação**

Elsa Samuel Chicamane

**A Narrativa da Crise de Intelectuais em Norberto Bobbio**

(Licenciatura em Filosofia)

Maputo

Outubro de 2025

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**Faculdade de Filosofia**

**Departamento de Graduação**

Elsa Samuel Chicamane

**A Narrativa da Crise de Intelectuais em Norberto Bobbio**

(Licenciatura em Filosofia)

Monografia Científica apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para a obtenção do grau académico de Licenciatura em Filosofia.

**Tutor:** *Prof. Doutor* José Blaunde Patimale

Maputo

Outubro de 2025

## DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Elsa Samuel Chicamane, Filha de Samuel Daniel Chicamane e de Ester Francisco Fulane, Residente no Bairro Mali, Casa n° 355, Quarteirão 8, com BI n° 110100295940M emitido pelo Arquivo de Identificação da Cidade de Maputo a 17/10/2025. Declaro por minha honra que, esta Monografia é resultado da minha investigação, o seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas na bibliografia final.

Declaro ainda que este tema não foi apresentado em nenhuma outra instituição para obtenção de qualquer grau académico nem como forma de avaliação.

Maputo, Outubro de 2025

---

(Elsa Samuel Chicamane)

## DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Samuel Daniel Chicamane (em memória).

## AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida;

Aos meus pais pela vida que me concederam e também pelo apoio material e moral;

À Faculdade de Filosofia pela oportunidade e pelos ensinamentos que me transmitiu;

Ao meu tutor Prof. Doutor José Blaunde Patimale pelo acompanhamento;

Ao meu esposo Isaú Bié pela paciência, pelo apoio moral e material e pelo companheirismo nos momentos difíceis da minha vida;

Ao meu cunhado Sérgio Baloi pelo apoio material e moral;

Ao senhor Levi Delane pelo apoio moral;

Ao meu colega Carlitos Langa, pelo apoio material e moral que disponibiliza até hoje;

Ao meu amigo Granélio pelo apoio material e transmissão de sua experiência académica;

Ao meu amigo Marcelo Macuácuá, pelo apoio material;

A todos que de forma directa ou indirecta contribuíram para a minha formação.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como tema *A Narrativa da Crise de Intelectuais em Norberto Bobbio*. Desde a antiguidade até a actualidade o papel social do Intelectual é de extrema importância, mas também deve - se reconhecer a tendência instrumentalizadora dos Intelectuais pelo Poder político. Essa prática coloca em causa a sua capacidade crítica de debater ideias para a transformação social de forma livre e justa. De forma geral, reflectiu-se sobre as implicações sociais da crise dos Intelectuais a partir do pensamento de Bobbio, e de forma particular fez-se a abordagem dos conceitos-chave e também se contextualizou o pensamento de Bobbio, debateu-se sobre o papel social dos Intelectuais e por fim discutiu-se sobre a relação entre os Intelectuais e a Política, onde buscou-se o paralelismo entre a reflexão feita em Bobbio e o contexto africano e de forma especial, o contexto moçambicano. Constituiu metodologia deste estudo, a revisão bibliográfica auxiliada pela técnica hermenêutica. Das reflexões levantadas, constatou-se que a centralidade da razão, os avanços da ciência acabaram por comprometer o real papel dos Intelectuais na sociedade, pois, a postura Intelectual no sentido moderno, não somente muda o seu papel clássico, mas também os seus princípios no sentido em que já não pautam mais pela universalidade, verdade e justiça ou causa pública. E devido a sua submissão aos poderes dominantes, os Intelectuais ao servirem interesses não meramente sociais, empobrecem a sociedade e contribuem para a crise dos valores morais e acima de tudo o bem social.

**Palavras-chave:** Intelectuais, Poder, Crise, Política e Justiça.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>CAPÍTULO I: CONCEPTUALIZAÇÃO, INFLUÊNCIAS E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PENSAMENTO DE NORBERTO BOBBIO</b> .....	10
1. Os Intelectuais e os campos filosóficos de sua abordagem .....	10
2. O Poder e os seus legados.....	13
3. A concepção da Política .....	15
4. A noção da Crise.....	19
5. O conceito de Justiça.....	19
6. Influências de Norberto Bobbio .....	21
7. O percurso histórico dos Intelectuais: da Idade Antiga à Época Contemporânea.....	23
<b>CAPITULO II: O PAPEL SOCIAL DOS INTELECTUAIS</b> .....	28
1. Tipos de Intelectuais .....	28
2. Os Intelectuais e a produção do conhecimento .....	30
3. Os Intelectuais e a esfera pública .....	33
<b>CAPÍTULO III: RELAÇÃO ENTRE OS INTELECTUAIS E A POLÍTICA</b> .....	37
1. As formas de Poder operativas de análise .....	37
2. O protagonismo Intelectual e protagonismo Político .....	39
3. A Filosofia e os Intelectuais em Moçambique .....	45
<b>CONCLUSÃO</b> .....	50
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	52

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema: *A Narrativa da Crise dos Intelectuais em Norberto Bobbio* e tem como problema, de que forma o Intelectual contemporâneo pode usar livremente da sua consciência para responder as adversidades sociais? Actualmente os Intelectuais tornam-se mais políticos em detrimento da luta pelos problemas sociais como a justiça, liberdade e valores morais.

Da Época Antiga à Média, os Intelectuais moviam-se em prol do bem comum mediante os ideais de verdade e justiça. Na Modernidade, com a exaltação da razão e o surgimento da ciência, o foco pelos valores espirituais é abandonado, muda a forma de actuação e como consequência, os Intelectuais não se dedicam mais aos bens espirituais, partem para acção e não observam mais a universalidade, mas o particular. Subordinam a verdade aos interesses mundanos e submetem-se a Política assim como o conhecimento passa a tornar-se numa mercadoria. Os sistemas de Poderes políticos e económicos desviam a verdadeira essência dos Intelectuais limitando a sua capacidade crítica. A produção do conhecimento passa à ideologia do capitalismo e a Política domina hegemonicamente o Homem em todas as esferas sociais.

A escolha do tema deriva da constatação de que o debate sobre o papel dos Intelectuais na sociedade renova-se constantemente, e sendo alvo de muitas discussões gera muitas controvérsias sendo que existe um grupo de pensadores tais como Benda e Jacoby, que defende a decadência dos Intelectuais afirmando que os mesmos já caíram em descrédito, pois demitiram - se de cumprir o seu papel ao se mobilizar ao serviço da propagação das ideologias políticas cujo interesse gira em torno de si mesmo. Entretanto, existe outro grupo, a título de exemplo de Sartre e Chauí, que acredita na existência dos intelectuais reconhecendo o papel que estes desempenham na esfera pública que consiste em defender os ideais comuns de uma determinada sociedade, buscando defender os interesses da maioria havendo razão para tal.

Julga-se pertinente a abordagem sobre o tema pois, constitui um convite à reflexão em torno da figura do intelectual. Em termos académicos é uma oportunidade de tomada de consciência em relação ao papel que as universidades têm no que concerne à formação do Intelectual com uma visão crítica, e que seja capaz de pensar os problemas que a sociedade enfrenta propondo

possíveis soluções e não limitando-se apenas em apontá-las. Para a sociedade o resgate do tema possibilitará conscientizá-la sobre o papel dos intelectuais e o lugar que estes ocupam.

O objectivo geral é reflectir sobre as implicações sociais da crise dos Intelectuais a partir do pensamento de Norberto Bobbio e, tem como objectivos específicos: conceptualizar e contextualizar o pensamento de Bobbio; explicar o papel social dos Intelectuais e por fim discutir a relação que os Intelectuais têm com a Política e, de modo particular, no contexto moçambicano.

O referencial teórico desta monografia baseia-se no pensamento de Norberto Bobbio e de forma específica na obra *Os Intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea* (1997), e também em outras obras que abordam o tema patentes nas referências bibliográficas. Bobbio se dedicou ao estudo dos Intelectuais e a sua relação com a Política e o Poder, e entende que o Intelectual é definido pela sociedade em que se encontra inserido. Entretanto, apresenta uma definição segundo a qual os Intelectuais são sujeitos com a tarefa específica de elaborar e transmitir conhecimentos, concepções do mundo ou opiniões que constituem um sistema de ideias de uma determinada época ou sociedade.

Said, entende que o Intelectual é uma figura pública que carrega consigo uma habilidade nata de mediador de questões da vida pública. O Intelectual é aquele que detém de um papel público na sociedade. Ora Gramsci, afirma que os Intelectuais não são constituídos apenas por figuras detentoras de alta bagagem cultural, mas também de educação técnica e devem participar da vida prática. Gramsci distingue entre Intelectuais orgânicos, que participam activamente na sociedade lutando para modificar as mentes e a realidade social, e tradicionais, que constituem um grupo autónomo e independente do grupo social.

Sartre critica, porém, o conceito tradicional de Intelectual que considera os Intelectuais como seres independentes da sociedade. Para Sartre, os Intelectuais não podem se colocar acima da sociedade, devem se engajar nas lutas sociais.

Portanto, Bobbio apesar de distinguir os Intelectuais em ideólogos-tradicionais em Gramsci, e expertos-orgânicos em Gramsci, afirma que a sua distinção não se refere a proposta por Gramsci, pois, Bobbio não trata da dependência ou não em relação a sociedade, nem da competência técnica e humanista, mas da tarefa política dos Intelectuais que não deve se limitar a tomada de

partido, mas deve ter em conta a responsabilidade que estes devem assumir nas suas acções. Trata-se da distinção feita por Weber para o qual os Intelectuais devem assumir duas posturas: agir com base na ética da convicção e também na ética da responsabilidade. A ética da convicção ou dos princípios, embora seja pura é insuficiente e precisa da ética da responsabilidade que por si só é suficiente, mas fria. Os Intelectuais precisam de firmeza nos princípios, mas também de maturidade para agir diante das imperfeições do real. Para Bobbio, não convém a tomada de partido pelos Intelectuais, pois esta postura pode não coincidir com a sua tarefa. Os Intelectuais devem assumir a responsabilidade relativamente aos acontecimentos no mundo, sobretudo quando as coisas não decorrem conforme deviam.

Do ponto de vista metodológico, esta monografia foi desenvolvida por meio da revisão bibliográfica que, por sua vez, foi auxiliada pela hermenêutica enquanto técnica de leitura, interpretação, análise, compreensão e sistematização das ideias centrais das teorias que abordam sobre a temática em causa, mas sempre tomando como base as obras do autor.

Estruturalmente, o trabalho é composto por três capítulos: o primeiro intitula-se conceptualização, influências e contextualização do pensamento de Norberto Bobbio. Busca-se compreender os conceitos que norteiam a presente pesquisa, as causas do pensamento do autor e um breve historial sobre o percurso dos Intelectuais. O segundo capítulo, refere-se ao papel social dos Intelectuais, onde abordam-se as tipologias de Intelectuais, discute-se o papel dos Intelectuais a partir da própria produção do conhecimento assim como da sua relação com a esfera pública. No terceiro capítulo intitulado a relação entre os Intelectuais e a Política, explicam-se as formas de poder operativas das análises na perspectiva de compreender melhor esta relação; discute-se a questão do protagonismo Intelectual e protagonismo Político, bem como a questão dos Intelectuais e da filosofia no contexto moçambicano. Para além dos capítulos apresentados o trabalho conta também com os elementos pré-textuais e pós-textuais dos quais destacam-se a introdução, por tratar de aspectos sumários do que se aborda no desenvolvimento do mesmo, a conclusão que retrata sobre os resultados do trabalho, e as referências bibliográficas, onde buscou-se as bases para a elaboração do trabalho.

## CAPÍTULO I: CONCEPTUALIZAÇÃO, INFLUÊNCIAS E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PENSAMENTO DE NORBERTO BOBBIO

No presente capítulo faz-se a conceptualização dos termos abordados na pesquisa, bem como a apresentação dos campos de abordagem dos mesmos, com vista a proporcionar não somente a visão abrangente, mas também, uma melhor compreensão sobre o tema. Procura-se contextualizar o pensamento de Bobbio<sup>1</sup> no sentido de perceber o que moveu a construção do seu pensamento, e traz-se também um breve historial sobre os Intelectuais nas diferentes etapas sociais como forma de compreender a sua trajectória.

### 1. Os Intelectuais e os campos filosóficos de sua abordagem

No seu sentido etimológico o termo Intelectual significa:

---

<sup>1</sup> Norberto Bobbio nasceu a 18 de Outubro de 1909, em Turim capital de Piemonte, filho de um médico-cirurgião, Luigi Bobbio, neto de António Bobbio, professor primário, depois diretor escolar, católico liberal que se interessava por filosofia e colaborava, periodicamente, nos jornais. Viveu durante a infância e adolescência em uma família abastada, com criadas e motorista. Inicia-se no gosto da leitura com George Bernard Shaw, Honoré de Balzac, Stendhal, Percy Bysshe Shelley, Benedetto Croce, Thomas Mann e vários outros. Foi amigo de infância de Cesare Pavese com quem conviveu e aprendeu o inglês através da leitura de alguns clássicos. Lia, depois traduzia e comentava. Uma condição familiar confortável permitiu-lhe uma infância tranquila. O jovem Norberto escreve versos, ama Bach e La Traviata, mas desenvolverá, devido a uma doença infantil não bem definida "a sensação de cansaço de viver, de um cansaço permanente e invencível" que se agravou com a idade, traduzindo-se num *taedium vitae*, num sentimento de melancolia, que se revelará essencial para o seu amadurecimento intelectual.

Ele estudou primeiro no ginásio e depois no colégio clássico Massimo D'Azeglio, onde conheceu Leone Ginzburg, Vittorio Foa e Cesare Pavese, que mais tarde se tornaram figuras importantes na cultura da Itália republicana. A partir de 1928, como muitos jovens da época, foi finalmente inscrito no Partido Nacional Fascista. Sua juventude, como ele mesmo descreveu, foi: "vívida entre um convicto fascismo patriótico na família e um igualmente firme antifascismo aprendido na escola, com conhecidos professores antifascistas, como Umberto Cosmo e Zino Zini, e igualmente camaradas antifascistas intransigentes como Leone Ginzburg e Vittorio Foa". Aluno de Gioele Solari e Luigi Einaudi, formou-se em Direito em 11 de julho de 1931 com a tese intitulada *Filosofia e Dogmática do Direito*, obtendo a nota 110/110 cum laude com dignidade de imprensa. Em 1932 frequentou um curso de verão na Universidade de Marburg, na Alemanha, junto com Renato Treves e Ludovico Geymonat, onde aprenderá sobre as teorias de Jaspers e os valores do existencialismo. No ano seguinte, em dezembro de 1933, formou-se em Filosofia sob a orientação de Hannibal Shepherd com uma tese sobre a fenomenologia de Husserl, trazendo um voto de 110/110 cum laude e dignidade da imprensa, e em 1934 obteve a habilitação docente em Filosofia do Direito, que abriu as portas em 1935 para o ensino, primeiro na Universidade de Camerino, depois na Universidade de Siena e Pádua (de 1940 a 1948). Em 1934, ele publicou seu primeiro livro, *The Phenomenological Address in Social and Legal Philosophy*. Bobbio morre em 2004. (Disponível em [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Norberto\\_Bobbio](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Norberto_Bobbio). Acesso no dia 22 de Agosto de 2024).

*Intellectualis* que na sua conversão para o português manteve o sentido relativo à inteligência, ao acúmulo do conhecimento. Decompondo a raiz latina *intellectualis* temos: (...) *intus*, para dentro e *lectus*, particípio passado de *legere* (ler). Ler para dentro das coisas, para seu interior. Mas o sentido etimológico do verbo *legere* postula certa intensificação do facto social, na medida em que aponta para uma dimensão de exterioridade (...). Ler, pois, pressupõe um movimento para o exterior, para comunicar-se com os outros, fazendo uma leitura do mundo, o que dota a palavra intelectual de dois movimentos: para dentro e para fora de si (...) salienta-se a condição intermediária do intelectual, sua função mediadora, (CURY, 2008: 13).

De acordo com Cury o termo assume uma leitura bidimensional sobre as coisas, a dimensão interna e também externa, isto é, abarca um posicionamento objectivo assim como subjectivo sobre as coisas. É uma espécie de síntese entre o entendimento interno e externo sobre algo, por isso, pode - se assumir que o Intelectual tem a tarefa de mediador entre o posicionamento daqueles que conhecem uma determinada coisa por intermédio das ideias que fazem sobre a mesma e daqueles que conhecem por intermédio do experimento ou da experiência.

Entretanto, o termo pode assumir outros significados dependendo da perspectiva em que é abordado. Numa perspectiva histórico-cultural o intelectual é aquele que desempenha a dupla função, de conhecimento e de guia. Este conceito aplica-se tanto as sociedades arcaicas, a certos físicos nucleares e aos biólogos, aos astrónomos e escribas dos grandes impérios, quanto aos escritores oficiais de certos regimes; como aos escritores de livre intervenção política da actualidade, aos poetas e filósofos assim como os juristas (Cfr. A.A. V.V, 2000: 1322). Esta definição significa que tanto aquele que se dedica ao estudo das ciências práticas quanto ao que se dedica ao conhecimento teórico são todos Intelectuais, ela valoriza ambos os campos de abordagem dos conhecimentos.

Segundo A.A. V.V. (1981: 64), os Intelectuais são aqueles que fazem do mundo conceitual o ponto de partida e de chegada para o conhecimento perfeito da realidade, colocando em nível inferior os sentidos ou a intuição. São aqueles que se dedicam a vida teórica em detrimento da vida prática, os que apontam a inteligência como fonte segura da conduta moral. Este posicionamento, contraria o anterior na medida em que considera Intelectuais apenas aqueles que se dedicam aos estudos teóricos, aqueles que consideram válido apenas aquele conhecimento proveniente do mundo conceitual.

Ainda de acordo com A.A. V.V. (2000: 1323) o intelectualismo foi usado pela primeira vez em Kant, com a acusação feita a Leibniz de ter intelectualizado os fenómenos, e aponta quatro campos filosóficos da sua abordagem: o ontológico, o epistemológico, o psicológico e o ético. O campo ontológico ou metafísico, que afirma a inseparabilidade entre o Intelectual e o real, destacam-se duas correntes: a extremista que corresponde ao idealismo transcendental alemão para o qual o ser total é produto da razão e toda a existência se reduz a ideias, e a ontologia tomista segundo a qual o ser na sua causa primeira (Deus) se identifica com a razão e por isso todo o ente é racional e conforme com o espírito embora não seja nem razão, nem espírito.

O campo epistemológico, que defende a primazia do intelecto sobre a vontade, afirma que o conhecimento é feito de faculdades teóricas do espírito tais como a consciência, percepção, imaginação, entendimento, razão, sem intervenção das afectivas e práticas. A dimensão etimológica surge com São Tomas na Idade Media com a primazia da inteligência em oposição a preeminência da vontade defendida por Duns Escoto. Aparece como a subordinação do sentimento e acção á inteligência que tem um valor proeminente e serve de norma as demais faculdades.

O intelectualismo ético atribui ao homem uma acção decisiva sobre a actividade moral e tende a anular a acção dos elementos afectivos. A forma mais antiga foi a de Sócrates para quem a virtude não é nada mais que a ciência do bem.

Na teoria do conhecimento, o intelectualismo se configura mediador de duas posições opostas: o racionalismo para o qual a razão é a fonte do conhecimento e para o qual o conhecimento é verdadeiro quando logicamente necessário e universalmente válido; o empirismo para o qual a única fonte do conhecimento é a experiência. Para os empiristas o conhecimento *a priori* a razão ou a consciência humana é vazio, o verdadeiro conhecimento provém da experiência (Cfr. A.A. V.V, 1981: 6164).

Portanto, o intelectualismo constitui um meio-termo entre o racionalismo e o empirismo, é um conciliador entre essas duas tendências extremas. Tanto a razão como a experiência são factores de produção de conhecimento.

## 2. O Poder e os seus legados

Etimologicamente, o termo Poder provém do latim vulgar *potēre* ou, do latim clássico *posse*, que significa ter o Poder de, ou ser capaz de. É empregue com aproximada sinonímia nas expressões influência, controle, autoridade, liderança, comando (Cfr. A.A.V.V, 1981: 9001).

Em seu significado mais geral, a palavra Poder significa “*capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos ou grupo humanos como a objectos ou fenómenos naturais (como na expressão de poder calorífico, poder de absorção)*” (BOBBIO, 1998: 933). De acordo com esta citação o Poder não é exclusivo aos homens pelo que não deve ser atributo dos humanos apenas, mas também, de objectos ou fenómenos. Importa discordar com Bobbio no que se refere a atribuição do Poder aos objectos, pois, os objectos são manejados pelos homens.

Em Pasold, o Poder é tido como a “*capacidade de um sujeito influir, condicionar e determinar o comportamento de outro indivíduo*” (PASOLD, 2021: 166). Ou seja, a capacidade que um indivíduo tem de submeter os outros a sua própria vontade. O Poder, também pode ser interpretado de várias formas dependendo do campo de abordagem.

Em antropologia política, por exemplo, com a constatação de que não há sociedade sem Poder político, propõe-se uma generalização da noção de Poder, no contexto do fenómeno político tradicional como sendo o processo de regulação das relações sociais e de acção colectiva na sociedade, que define e coordena as oposições e a cooperação, e que abrange o controlo das instituições e da sociedade global com a capacidade efectiva e os meios concretos de coerção no exercício da acção política (Cfr. A.A.V.V, 2000: 1399).

Mas o Poder não se traduz na força física, embora o seu emprego seja uma das condições do seu exercício. A sua origem e natureza relevam o domínio de outras ciências, e particularmente a filosofia política. Os diversos poderes estão associados a instâncias diferentes, como a terra, os antepassados, os mitos, os deuses, conjugando-se assim o Poder político, o Poder social e o Poder simbólico.

A relação do Poder político com o Poder sobrenatural por um lado confere-lhe uma dimensão sacralizada e os fundamentos da sua legitimação, justificação e reprodução, neste sentido são indissociáveis. A sacralidade do Poder não detém do uso exclusivo da violência, o Poder político

é social porque recai sobre relações sociais assimétricas entre pelo menos dois atores e também tem em vista objectivos comuns. O Poder social visa dois aspectos principais: controlar o processo de cooperação e de concorrência, e do processo de coordenação, seja associativa por forma de instrução de programas e sob forma de ordens (Cfr. A.A.V.V, 2000: 1400).

Em Direito, o Poder não assume um sentido determinado. O seu sentido essencial é vulgarmente tido como a disponibilidade de meios permitindo atingir um fim. Em sentido restrito fala-se de Poder quando os meios disponíveis permitem a colaboração espontânea ou forçada de outras pessoas. Em Política, o Poder, despido de qualquer referência valorativa, é tido como a capacidade de produzir um efeito social independente de haver oposição. Essa capacidade pode ter sido delegada, participada ou assumida.

Na ciência política, frequentemente distingue-se poder de influência, pois, esta não afasta a liberdade de decisão dos destinatários. No conceito de influência a conduta é afectada por razões de ordem moral ou interesses que o visado pode ignorar, enquanto no conceito de Poder, cabem formas de controlo, coacção, interferência, e uso da força física. Nestes termos, o Poder em seu sentido puro seria *“a capacidade de impor sem alternativa para a desobediência”* (A.A.V.V, 2000: 1406).

A história pondera dois legados sobre o Poder: o maquiavélico cujo princípio visa o uso da força, e o legado humanista que exige a autolimitação decorrente dos padrões culturais. O Poder como facto distingue-se pelas áreas de exercício, designadamente religiosa, económico, cultural, militar, político. O exercício do Poder político é mais abrangente, pois controla as capacidades físicas de imposição e os órgãos que formulam e aplicam o Direito, e é definido na perspectiva maquiavélica como aquele que marginaliza todos os grupos sem capacidade de intervenção tais como as minorias étnicas e minorias religiosas. A vertente humanista, reconhece os limites valorativos e dá primazia ao interesse público.

O Poder em filosofia não se difere da vertente humanista. Apesar de ser tido como a capacidade de influenciar ou moldar o comportamento dos outros, o Poder, no sentido filosófico, visa ao interesse da colectividade. Foucault e Arendt por exemplo, conferem o Poder ao povo. Em Foucault o Poder constitui uma rede de relações sociais. Para Foucault (2017: 83), o Poder deve ser analisado a partir do particular para o geral. As relações de Poder devem ser examinadas em

seus detalhes, o que pressupõe entender o Poder não do ponto de vista jurídico de dominação, mas do ponto de vista produtivo e não somente repressivo. Ora Arendt afirma que a fonte do poder é o povo e não as leis. Para Arendt “*o povo é que confere poder às instituições de um país, e este apoio não é mais do que a continuação do conhecimento que trouxe as leis à existência*” (ARENDR, 2009: 2). Em outras palavras, o povo também deve se utilizar e se apoiar do Poder, o que pressupõe que o Poder seja unívoco mais recíproco e não seja espaço de coacção, mas de produção do conhecimento.

### 3. A concepção de Política

“*O termo política deriva do adjectivo polis (politikos), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, sociável e social*” (BOBBIO, 1998: 954). Esta definição se refere, pois, ao sentido amplo do termo e corresponde, portanto, as coisas do Estado, incluindo as próprias normas e/ou princípios que regem a sociedade conforme o entendimento de Platão ao acentuar que a Política é “*o estudo normativo dos princípios teóricos do governo dos homens*” (PLATÃO *apud* TOUCHARD, 2003: 51).

Entretanto, a Política pode ser entendida no seu sentido clássico assim como no sentido moderno. E no sentido clássico, Bobbio afirma que a Política significa:

Arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções descritivas ou também normativas [...]. Na época moderna, o termo assumiu outros significados tais como doutrina do Estado, ciência do Estado, ciência política, filosofia política, passando a ser usado para indicar a actividade ou conjunto de actividades que tem como termo de referência a *polis*, ou seja, o Estado (BOBBIO, 1998: 954).

De acordo com Bobbio, a Política era tida como a ciência que lida com as coisas do Governo e não ligava muito interesse a questões normativas, ela podia também assumir características meramente descritivas. Entretanto, ela assume na Modernidade, outros significados e deixa de ser exclusiva ao Governo e passa a reger o Estado. De facto, sendo o Estado o conjunto de cidadãos que compõem uma determinada sociedade, ele necessita de leis e/ou preceitos que lhe possa guiar, de contrário cada um viveria de forma que entendesse, não haveria o mínimo de respeito de uns para com os outros, viver-se-ia uma anarquia total.

É da acepção de Política no sentido moderno que Webber viria fazer a sua reflexão em torno do termo, propondo igualmente dois sentidos: a Política no sentido o comum, e a Política como vocação. No sentido comum a Política seria “*A direcção ou influência sobre a direcção de uma associação política ou de um Estado*” (WEBBER, 1972: 94). Esta afirmação se traduz na aspiração a participar no Poder ou a influir na distribuição do Poder entre os diversos Estados ou dentro de um mesmo Estado, entre os grupos de homens que o compõem, pois, quem faz Política aspira ao Poder como meio para a consecução de outros fins que podem ser idealistas ou egoístas, ou ao Poder pelo poder para desfrutar o sentido de prestígio que ele confere.

A Política como vocação fundamenta-se no domínio produzido pela entrega dos submetidos ao carisma puramente pessoal. Quem faz Política conduz os homens e tais o obedecem, não porque assim manda a lei, mas porque acreditam nele (Cfr. WEBBER, 1972: 52). Deferentemente da Política no sentido comum, que tem em vista as leis estabelecidas, a Política por vocação é intrínseca a quem a faz, trata-se de fazer política por amor, aquela Política que não prescinde do seu verdadeiro sentido que é a liberdade. É por essa razão que os homens obedecem ao político por vocação não mais pelas leis, mas por crença.

Retomando ao seu significado amplo, o termo Política se refere ao poder, quer compreendendo a luta por sua conquista, manutenção e expansão, quer as instituições por meio das quais ele se exerce, ou reflectindo sobre a sua origem, estrutura e razão de ser. Ao contrário das outras formas de Poder, o Poder político é geralmente mencionado para dizer que determinada classe social, partido ou grupo tomou o Poder, ou dele foi aliado.

Se outros poderes são dependentes, o Poder político é poder em si e depende apenas da sua estrutura e da forma como opera. Ele resulta da prática humana e representa a capacidade de governar, de decidir em última instância, de determinar, inclusive coercivamente a conduta dos governados, ditando o rumo à vida da colectividade (Cfr. A.A.V.V, 1981: 9045).

Assim, como não há sociedade sem o mínimo de lei, também não há sociedade sem Poder, isto é, sem uma instância dotada de capacidade de dirigi-la e governá-la. A emergência e constituição do Poder exprimem sempre os interesses de determinadas camadas sociais e visa a preservação e promoção desses interesses, submetendo à disciplina do direito e da força que assegura a sua execução, os interesses das demais camadas com as quais não se conciliariam pacificamente.

O uso da força, explica-se pela presença de interesses antagónicos nas sociedades em que o poder se exerce, que não podem se harmonizar independente da coacção. Assim que o Poder político tem sido o Poder em si, que submete os outros poderes, assim é a história sem adjectivos, tem sido a história do Poder político. A história universal é, implicitamente a história tal como foi determinada pelas classes, pelos grupos e pelas personalidades que exercem o Poder político. O que se costuma denominar história política ou história da política significa história do Poder, sem adjectivos, tal como se exerceu nas sociedades humanas ao longo do seu desenvolvimento.

Enquanto as outras formas de actividade humana tem objectivos limitados ou parciais, a Política tem por objecto a vida social na sua totalidade, uma vez que consiste no governo da sociedade por aqueles que detêm do Poder. Não é por acaso que Platão ensinava que os filósofos deviam ser reis ou os reis filósofos. Platão pretendia com isso dizer que não são aptos para governar os especialistas e técnicos, que tem uma visão limitada e parcial do real, mas aqueles que detêm de uma visão global da realidade que permite distribuir e ordenar as partes em função da ideia prévia do todo. *“O filósofo-político ou político-filósofo, a rigor, não seria coisa alguma em particular, mas apenas a consciência da totalidade”* (A.A.V.V, 1981: 9046). Em outras palavras, a sociedade considerada em seu conjunto, no seu todo, é a capacidade de encaminha-la no sentido da sua realização.

Partindo do pressuposto de que o homem é um animal político, conforme dizia Aristóteles, e admitindo que para além de político é histórico, conclui-se que a história humana tem sido história política, de luta pelo Poder das instituições por meio das quais o Poder se exerce e das teorias a respeito da sua origem, natureza e finalidade.

No entanto, de acordo com A.A.V.V (2002: 143-144), a Política pode ser discutida tendo em conta quatro perspectivas, a saber: a filosófica, a metafísica, a ética e a teológica. A Política como filosofia visa responder a duas questões fundamentais. Se existe um domínio político próprio, independente do direito público, da moral e da economia, se existe em que consiste?

A primeira pergunta tem sido respondida de forma afirmativa. A Política manifesta a sua autonomia de várias maneiras, ela constitui a esfera que engloba as outras. Para a segunda pergunta, temos que a Política é *“a autoridade social cujo objectivo consiste em garantir pela força, geralmente fundada no Direito, a segurança externa e a concórdia interna de uma*

*unidade política particular*” (A.A. V.V, 2002: 144). Em outras palavras, a Política serve para garantir a ordem e segurança social, uma vez que não pode existir sociedade sem leis, onde as pessoas vivem a belo prazer sem respeitar uns aos outros.

A Política como metafísica ou metafísica política, refere-se ao processo de desabsolutização da política no plano da análise fenomenológica. Quando para além da essência da política e das conexões com outras actividades humanas, se postula a sua justificação pelo recurso à transcendência. Pode-se tomar como exemplo, o augustinismo político das duas cidades com a subordinação da terrena à celeste. Portanto a metafísica política explica os factos tendo em conta o plano transcendental, ela subordina a realidade as leis celestes.

A Política como ética consiste na moralização da Política. Por mais artística ou científica que a Política se proclame nunca poderá prescindir da dimensão moral. No exercício da actividade humana, seja na esfera privada ou pública, não é consentido à política apresentar-se como alheia ao universo ético. O maquiavelismo político constitui um contra-senso, um malgrado na sua actividade prática. A Política tem como qualquer outra actividade consciente e livre, uma radical exigência da verdade, de unidade e bondade. Essa exigência pode ser ignorada no agir prático, mas permanece tanto no íntimo dos indivíduos, como no seio das comunidades. O grande perigo que ameaça a subversão ética pela política é a manipulação.

Em Política como teologia, denota-se que a Política sempre esteve ligada a religião, quer pela subordinação da desta à religião ou vice-versa, quer pela definição de esferas das respectivas competências. Hoje se fala da teologia da esperança, teologia da revolução e teologia da libertação.

No plano da revelação judeo-cristã, assim como a fé é susceptível de ser traduzida em várias teologias, assim também o é em várias políticas ainda que com um limite que consiste em salvaguardar a dignidade humana e todas as suas dimensões ou, ao menos não façam obstáculo à sua expressão e desenvolvimento. A fé não impõe regimes ou formas de governo, ela respeita o Poder desde que este não se constitua como absoluto (Cfr. A.A.V.V, 2000: 144).

#### 4. A noção de Crise

De acordo com A.A.V.V (1981: 2999), o termo crise deriva do latim *Crisis*, e significa acto de distinguir, separação, momento decisivo, escolha, eleição, julgamento, decisão judiciária, resultado de um processo, condenação, disputa, mudança súbita, no estado de uma doença para melhor ou pior.

O conceito Crise pode ser interpretado de várias formas de acordo com o campo de abordagem. No contexto em que se move a presente pesquisa, são usados termos sinónimos como a falta, o silêncio, a decadência e até mesmo morte para designar a ausência dos intelectuais. Entretanto, podemos encontrar em Bobbio, uma definição genérica do termo segundo a qual:

Chama-se crise a um momento de ruptura no funcionamento de um Sistema, a uma mudança qualitativa em sentido positivo ou em sentido negativo, a uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do Sistema em exame. As crises são habitualmente caracterizadas por três elementos. Antes de tudo, pelo carácter de subitaneidade e por vezes de imprevisibilidade. Em Segundo lugar, pela sua duração normalmente limitada. E, finalmente, pela sua incidência no funcionamento do Sistema (BOBBIO, 1998: 303).

Portanto, as crises são geralmente imprevisíveis e duram um tempo determinado, e assumem estas características independentemente do campo onde ocorrem. Não obstante assumirem um tempo determinado, as crises diferem uma das outras em relação à durabilidade, pois algumas podem prevalecer por um longo período e outras por curto período. Em ambos casos as crises não duram para sempre.

No sentido psicológico por exemplo, a crise é entendida como a “*desorganização emocional brusca e temporária, que ameaça o bem-estar físico e psicológico do ser humano*” (A.A. V.V, 1999: 510). Quando um indivíduo entra em Crise, o seu comportamento altera de forma espontânea e assume uma outra forma de ser e estar não comum até que a situação causadora da Crise seja ultrapassada. Uma vez ultrapassada esta fase o indivíduo volta ao estado normal ou pode até superar o estado normal, daí que as crises assumem um carácter temporário. As crises podem ocorrer sempre que o indivíduo se vê confrontado com situações ameaçadoras ou conflituosas para as quais não possui resposta, desenvolvendo por isso, novos métodos que o ajuda a saber lidar eficazmente com essas situações.

No sentido económico a palavra Crise é usada numa acepção muito ampla e variada, indicando qualquer perturbação nos domínios da produção, da circulação, do investimento e do consumo. A Crise pode ser entendida ainda, como a fase aguda, penosa, decisiva, ou mesmo, o momento de terminante opção. Terminante opção no sentido de ruptura, pois quando não há mais soluções para um determinado problema, não há opção se não a própria ruptura. A Crise no sentido económico é usada na análise da evolução da economia para designar nas variações económicas ou “*o fenómeno de passagem da prosperidade para a depressão*” (A.A. V.V, 1999: 506).

No contexto histórico, a Crise é tida como uma fase de instabilidade, de perturbação ou ruptura que afecta o funcionamento do sistema internacional ou de alguns dos seus elementos fundamentais, podendo gerar conflitos de maior ou menor intensidade.

## **5. O conceito de Justiça**

O termo Justiça provém do latim *justitia*, que significa “*vontade de dar a cada um o que é seu; acto ou efeito de dar ou atribuir a cada um o que por direito lhe pertence. Faculdade de premiar ou punir, segundo o direito*” (FIGUEIREDO, 1899:498). Esta definição fundamenta-se pelo facto de que em algum momento as pessoas não são atribuídas o que de facto merecem. Se tomarmos como exemplo um funcionário que trabalha para além do tempo normal de serviço e é pago apenas pelo período normal de trabalho, a este funcionário não foi observado o critério de Justiça, pois, foi pago um salário inferior ao trabalho que fez. Nestes termos diz-se que o funcionário foi injustiçado.

Não é por acaso que em A.A.V.V (1999: 919), o termo Justiça é definido como congruência ou proporção, adequação ou conveniência a um fim. Ora, o salário atribuído ao funcionário acima referido, não corresponde ao tempo de trabalho por ele despendido, ou seja, não é proporcional ao trabalho por ele empreendido. Porém, o termo Justiça pode assumir vários significados de acordo com o plano em que é estudado.

Quando referida a conduta humana a Justiça assume os seguintes significados: a virtude total ou perfeição moral em geral, e a virtude particular. A Justiça entendida no sentido geral não seria outra coisa senão a aplicação dos princípios éticos nas nossas acções. Por outras palavras, dizer que um ser humano é justo, significa dizer que este ser, age na base dos princípios custe o que custar. Este indivíduo jamais abandona os seus princípios independentemente das circunstâncias

em que se encontra. No sentido particular a Justiça consiste em a dar a cada um o que é seu, ou seja, a atribuição objectiva a cada um do que lhe é devido.

No sentido religioso, a Justiça é tida como atributo da divindade, expressando a perfeição divina. Na tradição Grega, por exemplo, a Justiça procede de fonte divina e é expressão de ordem cósmica em que se reflecte o governo divino do mundo. Homero e Hesíodo, se referiam a Justiça como o dom de Zeus e apontam para a encarnação divina do mundo. As palavras, os mitos e símbolos alusivos a Justiça revelam a vinculação dos homens a mandatos divinos (Cfr. A.A.V.V., 1999:920).

No plano filosófico, a Justiça é tida como virtude universal ou total. Em Platão, por exemplo, é o cumprimento do próprio dever ou função, tanto no domínio individual, como no social. A Justiça é a síntese, a hierarquia e a harmonia das partes no todo. Platão fala da alma individual em que cada uma das partes que a compõe (concupiscível, irracional e racional) deve realizar sua função própria de acordo com a sua respectiva virtude (temperança, fortaleza e sabedoria), cabendo a primazia a razão, de igual modo no domínio social ou na *pólis* cada uma das classes sociais (governantes, guerreiros e produtores) deve cumprir a sua missão específica de acordo com a respectiva virtude (sabedoria, fortaleza, temperança) (Cfr. PLATÃO 380 a.C: 188-191).

Portanto, de acordo com o discurso acima entendemos por Justiça, tanto no plano individual, quanto no plano social a capacidade de equilibrar as acções. No plano individual, há uma necessidade de garantir a síntese ou a harmonia das partes no todo, sermos equilibrados, ou seja, assumir o controlo entre o espírito e os desejos por intermédio da razão. No plano social, a Justiça consistirá em cada indivíduo cumprir a sua função de acordo com a sua aptidão sem usurpar o espaço do outro.

## **6. Influências de Norberto Bobbio**

Neste subcapítulo far-se-á a abordagem sobre o percurso de Bobbio, precisamente o contexto histórico em que este viveu, como forma de entender as causas que ditaram o seu pensamento. A abordagem sobre o contexto histórico de Bobbio permitirá a compreensão do seu pensamento pela pesquisadora, o que facultará a melhor condução do debate, e também o melhor entendimento do tema pelo leitor.

Todo pensamento nasce num contexto e é influenciado de forma directa ou indirecta por certas teorias antecedentes. Norberto Bobbio viveu momentos conturbados de uma Itália mergulhada na guerra e no desafio de resgate da democracia corrompida num meio paralisado pelo impasse esquerda-direita. Este momento de guerra de libertação se configurou decisivo na construção do seu pensamento, pois, constituiu um marco divisor entre o antes, no qual os italianos tentavam sobreviver aproveitando até os menores espaços de liberdade que o regime fascista lhes concedia; e o depois no qual nasce a democracia italiana. Neste período Bobbio fora forçado a ocupar-se de estudos jurídicos e filosóficos de carácter asséptico, facto que culminou na sua prisão pelos fascistas como membro da oposição (Cfr. PASOLD, 2021: 25).

Terminada a guerra, com o retorno da liberdade dedicou os seus esforços a democracia e a paz e aliou-se a tradição italiana do liberalismo leigo na cultura e na política. A sua oposição era de negação total em relação ao fascismo antiliberal na política e anti-socialista na economia. O fascismo era inimigo, entretanto tinha os comunistas como adversários com os quais viera iniciar um diálogo sobre os temas de liberdade, justiça social e democracia.

O diálogo tinha por objectivo mostrar que as liberdades políticas não são apenas conquistadas a serem descartadas pelo regime proletário, mas a base de afirmação gradual do Estado liberal e mais tarde do Estado democrático. A democracia se define como o sistema de regras que permitem a instauração e desenvolvimento da consciência pacífica, e aponta para além desta, aos direitos humanos e a paz, como três momentos do desenvolvimento histórico, posto que, sem os direitos humanos reconhecidos e protegidos não há democracia e sem esta, não existem condições mínimas para a solução dos conflitos sociais (Cfr. BOBBIO, 2013: 143).

Portanto, foi fundamental trazer o desdobramento do contexto histórico em que o autor viveu para perceber o seu pensamento, assim como a razão de sua escolha para a presente pesquisa. Ora, a pesquisa trata da narrativa da crise de intelectuais sob ponto de vista da relação entre estes e a política, em que se perceberá ao longo do desenvolvimento que a relação não é pacífica devido à divergência de princípios e dos objectivos observados por estas, facto que condiciona a manifestação dos intelectuais e, por conseguinte, o desenvolvimento da sociedade.

Condiciona o desenvolvimento desta, pois, a sociedade depende grandemente dos intelectuais, que não só são fazedores da opinião pública, ou pelo menos deviam ser, como também

incumbidos de reivindicar quando as coisas não decorrem conforme o plasmado na lei, e que acabam não o fazendo por razões a serem fundamentadas ao longo do desenvolvimento.

Trata-se de aspectos similares em que a postura do autor se encontra favorável a questão abordada na presente pesquisa, pois, ele viveu um momento conflituoso dividido entre duas tendências esquerda e direita em que se identificava com a primeira que age em prol dos pobres e oprimidos, dos movimentos de libertação, dos que acreditam na possibilidade de mudar o mundo, no sentido de criar uma sociedade mais justa enquanto a segunda reúne esforços a serviço de interesses particulares. Ora, a presente pesquisa aborda sobre a contraposição de duas classes das quais, uma luta, muita das vezes, em benefícios próprios ofuscando os ideais de justiça, liberdade, igualdade, entre outros valores universais, e outra que luta ou devia lutar em prol do benefício comum.

Para além do contexto em que viveu, Bobbio também sofreu influência de alguns autores que em momentos distintos da sua formação facultaram diferentes direcções dos seus estudos. Em Croce, por exemplo, Bobbio aprendeu a distinção do empenho do homem de estudos, daquele imediatamente político. Cattaneo libertou Bobbio da prisão das estereis abstracções filosóficas das quais a mente jovem se costuma aferir. Pareto ajudou Bobbio a compreender os limites da razão e ao mesmo tempo o infinito universo da insensatez humana. Em Weber obteve uma ajuda decisiva na reavaliação e na reformulação das primeiras categorias da política. Já Kelsen o ajudou a aceder a um sistema de conceitos - chave para a concepção realista do Direito distinto da sua base social e de valores que de vez em quando o inspiraram. Para, além disso, Kelsen ocupou um lugar fundamental nos seus estudos sobre teoria do Direito e teoria política. Com o pensamento de Locke, foi possível explicar o destino do jusnaturalismo nas suas mais expressivas manifestações, as Declarações dos direitos nos Estados Unidos e a Revolução Francesa. Hegel prosseguia na tradição do jusnaturalismo moderno que foi principiada com Hobbes, ao considerar o Estado como um momento positivo do desenvolvimento histórico da humanidade. Hobbes o influenciou quanto ao método apesar de existirem ideias de Hobbes que contribuíram para a formação do seu pensamento teórico político com destaque para quatro características: o individualismo, o contratualismo, a ideia de paz através da constituição de um poder comum, certo pessimismo quanto a natureza humana (Cfr. PASOLD, 2021: 107-113).

Thomas Hobbes foi um dos principais autores para Bobbio pelo seu potencial intelectual e pelo uso que fazia das metáforas.

## 7. O percurso histórico dos Intelectuais: da Idade Antiga à Época Contemporânea

Neste subcapítulo faz-se a abordagem sobre o comportamento dos Intelectuais nas várias etapas sociais, visto que em cada uma destas assumem comportamento diverso, conforme afirma Bobbio: *“toda sociedade tem os intelectuais que lhe convém”* (BOBBIO, 1999: 157).

O tema sobre os Intelectuais é marcado por uma constante busca pelo conhecimento e teve início na antiguidade. Os filósofos antigos, por exemplo, buscavam respostas racionais para a origem do mundo, da natureza e da existência humana. Desde a República de Platão os filósofos sempre se ocuparam com o que fazem ou deviam fazer na sociedade com a influência que têm ou devem ter nas relações sociais para que estas não sejam abandonadas a cegueira do acaso ou ao livre-arbítrio da vontade cega do mais forte. Um exemplo de que o tema sobre os intelectuais é antigo é o pensamento platônico que nos é apresentado por Bobbio segundo o qual:

A menos que nos Estados filosóficos se tornem reis, ou que aqueles que hoje se dizem reis e soberanos se tornem verdadeiros e sérios filósofos e que se vejam reunidos em um único indivíduo o poder político e a filosofia, a menos que, de outra parte, sejam excluídos do governo aqueles muitos que hoje tendem a outra dessas vocações separadamente, não haverá remédio algum para os males que afligem e devastam os Estados e a própria humanidade (PLATÃO *apud* BOBBIO, 1997: 110).

De acordo com a citação acima entendemos que para acabar com as tensões ou conflitos entre classes sociais é preciso dotar os governantes de qualificações filosóficas, ou seja, os governantes devem assumir a postura do filósofo ou os próprios filósofos assumirem os cargos do governo. Os governantes possuem uma visão limitada da realidade, enquanto os filósofos, entendidos como Intelectuais, têm uma visão abrangente.

O tema em abordagem constitui um dos problemas discutidos em filosofia, e remete a discussão sobre a relação entre teoria e prática ou pensamento e acção, ou da razão e vontade, quando tratado do ponto de vista daqueles que têm a tarefa específica de elaborar e transmitir conhecimentos, teorias, doutrinas, ideologias, concepções do mundo ou simples opiniões que acabam por constituir sistemas de ideias de uma determinada época ou sociedade. *“Estes sujeitos são chamados prevalentemente de intelectuais, embora segundo os tempos e as sociedades*

*foram chamados de sábios, doutos, filósofos, clérigos, literatos”* (BOBBIO, 1997: 111). Portanto, os intelectuais são indivíduos específicos responsáveis pela produção de conhecimentos que norteiam uma determinada sociedade e tais podem assumir diversos nomes de acordo com a época e sociedade em que pertencem.

Na Idade Média, o pensamento era baseado na fé cristã, as acções políticas eram subordinadas as leis da moral relativas a religião dominante, neste caso, o cristianismo. Nesta época, a manifestação dos intelectuais era caracterizada pela supervalorização da razão natural fundamentada pelas leis morais. Pensadores como Santo Agostinho e Tomás de Aquino, por exemplo, dedicaram o seu tempo ao estudo de temas como Deus, alma, e relação entre fé e razão.

Na Idade Moderna, ocorre uma mudança de pensamento em relação a Idade Média. Nesta época valoriza-se a razão e o conhecimento humano. A razão de Estado encontra-se acima da razão natural, ocorre a queda da moral. Os principais pensadores da Época Moderna marcados pela valorização da razão e do conhecimento são Descartes, Kant, Hobbes, Rousseau, entre outros.

Com as grandes propostas da modernidade as manifestações intelectuais e políticas voltam-se para a classe burguesa. A ciência e a técnica transformam o mundo ao serviço do homem. A preocupação não é mais com os problemas sociais, mas com o crescimento económico e político da classe empreendedora (Cfr. REALE; ANTISERI, 2003: 681).

A manifestação dos Intelectuais na Modernidade encontra-se associada ao crescimento das forças produtivas e ao avanço da ciência. Os intelectuais ao serviço dos poderes dominantes produzem ideias e instrumentos de controlo e dominação, não estão preocupados com a causa social, antes visam promover o conformismo e a sujeição das massas desfavorecidas.

De acordo com Said, (2004: 44) a ordem capitalista constitui o fim da história, pois, na sua opinião há pouca disposição para lidar com essa ordem através das demandas pessoais ou mesmo colectivas devido a assunção de uma postura alienadora pelos poderes dominantes. Esta postura põe em causa a formação colectiva de estratégias de resistência e de superação da ordem capitalista. Entretanto, existem alguns pensadores cujo percurso académico e político esteve direccionado a outro projecto societário, a exemplo de Sartre para quem a tarefas dos Intelectuais *“é falar, denunciar, criticar, expor todas as formas de injustiça onde quer que ela se manifeste”* (SARTRE, 1994: 54).

Dentre os vários pensadores da Época Moderna, encontra-se em Webber a construção clássica do Intelectual moderno e o seu desencantamento do mundo, em Benda a afirmação do Intelectual comprometido com a justiça, a verdade e a razão e em Gramsci a produção dos Intelectuais, a sua função política e a sua interferência na esfera pública. Portanto, são vários posicionamentos sobre a questão da manifestação dos Intelectuais.

A Época Contemporânea é marcada por grandes transformações sociais, políticas e tecnológicas. Ela caracteriza-se pela reflexão sobre temas como a crise da razão e a crítica ao racionalismo, o próprio poder, a ética e a moral em contextos sociais e políticos complexos com vista a encontrar novas formas de compreensão do mundo e da própria existência.

Nos termos de Chauí, a Época Contemporânea ou Pós-modernismo constitui a *“crítica de todos os conceitos e valores que, até hoje, sustentavam a filosofia e o pensamento ocidental: razão, saber, sujeito, objecto, História, espaço, tempo, liberdade, necessidade, acaso, natureza homem”* (CHAUÍ, 1995: 54). A Época Contemporânea constitui a crítica dos valores acima apresentados, pois, o projecto da modernidade que consistiu na exaltação da razão falhou na medida em que se tornou nociva ao próprio homem. Esta exaltação da razão culminou na saída do homem do estado de menoridade e também no desenvolvimento da sociedade, assim como as novas tecnologias se inseriram na vida quotidiana do homem.

Machado, afirma que *“as tecnologias que de forma totalitária orientam nosso quotidiano contemporaneamente também impõem seus custos: se por um lado nos lançam para o progresso, de outro nos recordam os desafios éticos da manipulação da vida, dos perigos do sequestro de sentido pelo uso incessante de equipamentos e nos confinam no encurtamento do tempo”* (MACHADO, 2019: 4). Portanto, apesar de inúmeros os benefícios dessas novas tecnologias, destacam-se elementos de carácter contraditório na medida em que causam o desenvolvimento não vinculado a emancipação política, social e humana, daí a emergência de um pensamento crítico no sentido de esboçar novas formas de lidar com a nova dinâmica da vida. Neste contexto, surgem vários pensadores que se dedicam ao estudo das novas formas de compreensão do mundo.

Pensadores tais como Habermas e Andorno, por exemplo, analisam a questão da razão, bem como a questão da indústria cultural; Marx e Engels, analisam a questão da luta de classes e também a crítica ao capitalismo; Foucault, analisa a questão do poder, entre outros pensadores

que analisam outras áreas que compreendem a presente época. Em Adorno por exemplo, é notória a questão das contradições entre desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento ou emancipação humana a que nos referíamos anteriormente, pois, ao em vez destas transformações proporcionarem a emancipação humana, tornam a humanidade em mero instrumento da própria indústria cultural.

No ramo da educação, Adorno critica as instituições de ensino por cultuarem a massificação que consiste na deformação da consciência. Para Adorno, o ensino deve ser uma arma de resistência à indústria cultural através do despertar da consciência crítica e da actuação consciente nas contradições da sociedade (Cfr. ADORNO, 2009: 34-35).

Portanto, de acordo com a abordagem histórica dos Intelectuais, percebe-se que as várias atitudes que os intelectuais podem assumir em relação a tarefa que deles se espera na vida social correspondem aos vários modos pelos quais ao longo dos tempos, as escolas filosóficas procuraram dar uma solução ao problema da relação entre as obras do intelecto, da mente ou do espírito e o mundo das acções, ou seja, da relação entre aqueles que são chamados a interpretar o mundo e aqueles que são chamados a transformá-lo.

## CAPÍTULO II: O PAPEL SOCIAL DOS INTELLECTUAIS

No presente capítulo discutem-se as funções dos intelectuais, precisamente para perceber qual é ou deve ser o papel destes, e o que põe em causa o seu papel a ponto de se pensar a crise dos mesmos. Para o efeito, debater-se-á sobre a tipologia de intelectuais, a própria produção do conhecimento, bem como a sua actuação na esfera pública.

### 1. Tipos de Intelectuais

A questão da abordagem sobre a tipologia dos Intelectuais torna-se importante, pois existem várias teorias que fazem esta destinação, sendo necessário trazê-las ao debate para identificar a que vai guiar a presente pesquisa.

De acordo Bobbio a distinção que pode ser feita sobre os Intelectuais é a que abarca as duas culturas: a dos humanistas, literatos, historiadores, e a dos cientistas. Mas também aparece frequentemente a distinção entre Intelectuais orgânicos e tradicionais, revolucionários e puros.

A fundamentação das características dos Intelectuais tradicionais nos é apresentada por Gramsci para o qual os Intelectuais tradicionais seriam os considerados autónomos e independentes do grupo social, existentes por conta de sua continuidade histórica; e orgânicos, os constituídos pela educação técnica com o dever de participar da vida prática como construtores e organizadores permanentes, conscientes da sua função (Cfr. GRAMSCI, 1982: 05-06).

No que tange aos Intelectuais revolucionários e puros importa referir que, o Intelectual revolucionário é aquele que se dedica a luta pela instauração de uma nova sociedade não mais voltada a leis estabelecidas pelo poder constituído que reduz a sociedade a leis singulares que na maioria das vezes são absolutas e não observa os direitos dos cidadãos. O Intelectual puro, por sua vez, luta contra o poder como tal, em prol da justiça social.

Na perspectiva de Bobbio (1997: 125), para o primeiro não se faz revolução sem uma teoria revolucionária, a revolução deve ocorrer antes nas ideias do que nos factos; para o segundo a razão de Estado, de partido, ou de classe não deve prevalecer sobre as razões de verdade e de justiça. Como se pode notar, estes tipos estão destinados a se chocarem porque para o primeiro é verdade aquilo que serve a revolução, para o segundo a verdade é por si só revolucionária.

No contexto em que se move o presente trabalho, Bobbio propõe o tipo ideal de Intelectuais, aquele que abarca as duas culturas e que consiste na distinção entre ideólogos e expertos, que corresponde a distinção entre Intelectuais-filósofos e Intelectuais-técnicos. Essa tipologia nos é trazida na convicção de que as concepções tradicionais do intelectual não serviriam como instrumento de análise da presente temática, nem a definição ampla na qual o intelectual é contraposto a todo aquele que executa qualquer forma de trabalho manual, nem a definição restrita, que compreende apenas os grandes intelectuais.

Mesmo que possa existir certa ligação entre o Intelectual ideólogo e o Intelectual tradicional, o esperto e o orgânico e mesmo que frequentemente o ideólogo seja humanista e o esperto um técnico, Bobbio adverte que a sua distinção não corresponde a proposta por Gramsci entre intelectuais orgânicos e tradicionais, pois o critério que toma por base para propô-la não seria nem a dependência ou independência com respeito as classes sociais na luta pelo domínio nem a diversa formação ou competência em termo de cultura humanista ou técnica.

Neste sentido, Bobbio propõe os seus tipos de Intelectuais, aqueles que seriam adequados num debate que tenha por objecto a tarefa política dos mesmos e afirma que *“toda a acção política enquanto é ou pretende ser uma acção racional necessita de ideias gerais a respeito dos fins a perseguir, que são princípios ou valores, idealidade, visões do mundo e de conhecimentos científicos técnicos necessários para alcançar os fins estabelecidos”* (BOBBIO, 1997: 118).

Trata-se de uma distinção que nos remete aos tipos de Intelectuais propostos por Weber, mas precisamente, a distinção entre ideólogos e expertos. Bobbio pretende repor a distinção Weberiana entre acções racionais segundo valor e acções racionais segundo o fim, neste sentido entendendo por ideólogos *“aqueles que fornecem princípios-guia, expertos aqueles que fornecem conhecimentos-meio”* (BOBBIO, 1997: 73). Em outras palavras, os ideólogos são aqueles que elaboram os princípios através dos quais uma acção é justificada, isto é, aceita ou legitimada, pelo facto de estar conforme os valores acolhidos como guia da acção, os expertos são aqueles que indicando os conhecimentos mais adequados para o alcance de um determinado fim fazem com que a acção que a ele se conforma possa ser chamada de racional segundo objectivo.

De acordo com Bobbio, a discussão clássica sobre a melhor forma de governo é de carácter ideológico; uma discussão sobre maior oportunidade de construir centrais nucleares para o

desenvolvimento da energia num determinado país é típica para expertos. Na sua opinião, não há ideólogo que não se apoie a conhecimentos técnicos para elaborar os seus princípios, da mesma forma que não há experto que não deva ter alguma ideia dos fins para dar um sentido as suas análises. *“O utopista, todo imerso na construção da cidade ideal, e o puro técnico, fechado no próprio laboratório como os ratos dos próprios experimentos, são dois casos-limite”* (BOBBIO, 1997: 119).

Ao qualificar os Intelectuais em função do sentido político assumido pelas suas ideias no processo histórico-social, a distinção de Bobbio permite problematizar a perspectiva segundo a qual as ideias de um autor decorrem necessária e imediatamente da sua condição social e/ ou inscrição institucional.

## **2. Os Intelectuais e a produção do conhecimento**

Espera-se neste ponto discutir a questão da produção e/ou manifestação do conhecimento com vista a identificar o papel dos Intelectuais e entender os factores que concorrem para a má prestação dos mesmos.

No tocante a questão da produção Intelectual, os intelectuais são desafiados a mediar o conhecimento para que este possa ser socialmente apropriado. Contudo eles não devem ser meros difusores de conhecimentos, devem, pois, discutir a apropriação do conhecimento articulando as ideias e os ideais, ou seja, os Intelectuais devem ser responsáveis pela produção de conhecimento que será útil a sociedade (Cfr. BOBBIO, 1997: 72).

Actualmente o ensino superior escapa do seu papel que é desenvolver a capacidade crítica dos formandos, assume a postura segundo a demanda do desenvolvimento capitalista e as demandas do mercado. A educação no contexto capitalista não visa a qualificação dos educandos, está orientada a estratégias que visam a resolução de exigências económicas aparentemente mais urgentes. A educação está orientada a valorização capitalista das actividades Intelectuais, o que concorre para a formação do Intelectual profissional. Ela não pauta mais pelos temas universais e na formação crítica da universidade, mais pela particularidade, ou seja, pela privatização do ensino.

Em consequência disso, ocorre a fragilização dos estudantes em relação ao processo de investigação e na produção intelectual crítica, um dos factores que ofusca a manifestação dos

Intelectuais a ponto de se pensar na crise ou ausência dos mesmos. Chauí afirmava que não há falta de Intelectuais, mas sim, a perda de capacidade de interpretar e transformar os fenómenos sociais. *“O retraimento do engajamento ou silêncio dos intelectuais é signo de uma ausência mais profunda: a ausência de um conhecimento capaz de desvendar e interpretar as condições que movem o presente, não se trata de uma recusa de proferir um discurso público e sim da impossibilidade de formulá-lo”* (CHAUI, 2006: 09).

A submissão ao capitalismo e as suas demandas provoca o retorno ao empirismo cujos pressupostos descontextualizam a investigação, retirando-a do seu contexto social. No processo de profissionalização ou departamentalização do espírito conforme Adorno, os Intelectuais são submetidos às rotinas e ao pragmatismo institucionais, que constituem obstáculo a manifestação do espírito criativo (Cfr. ADORNO, 1993:15).

Esta tendência faz com que os Intelectuais se refugiem ao espaço académico desviando-se da realidade e renunciando ao desempenho de um papel social mais directo na busca pela transformação social. Aliás, já afirmava Jacoby que, o silêncio dos Intelectuais advém da ruptura de gerações. Para Jacoby, *“existem intelectuais actuais mais se encontram confinados nas universidades, não escrevem mais para o público, mas para eles mesmos em forma de dissertações e teses tornando-se invisíveis ao público que devia ser o seu interlocutor”* (JACOBY, 1990: 19).

Portanto, os desafios para formação face aos últimos acontecimentos consistem em garantir a qualidade ao processo de formação superior. Apostar numa formação superior de qualidade, possibilitará a assunção de uma postura crítica pelos formandos, o que os facultará uma abertura para interpretar e transformar os fenómenos sociais. Para tal, é preciso estar atento ao vazio do debate contemporâneo para antecipar problemáticas e propostas com vista a preencher as lacunas da nova ordem e as suas características privatizadoras que reduzem o cidadão a figura de consumidor ao tomar o mercado como eixo central da vida social.

A universidade deve exercitar um papel que inclui não somente a postura crítica, mas também, uma visão abrangente do mundo e do quotidiano. O intelectual actual não deve ser indiferente, deve aceitar críticas, não se limitar a posturas instrumentalizadoras do saber que constituem obstáculo à emergência de um novo. O intelectual deve *“exercer diariamente a rebeldia contra*

*os conceitos tornados respeitáveis, mas falsos, aceitar o papel de criador e propagador de desassossego de produtor de escândalo se necessário” (SANTOS, 2004: 169).*

Ainda no que concerne a produção do conhecimento, desafia-se aos Intelectuais a despertarem as consciências do povo. Este exercício implica impedir o povo de se alienar aos discursos de interesse político, portanto, os intelectuais devem *“denunciar a injustiça onde quer que se encontre” (SARTRE apud KELLNER, 2004: 285)*. Enquanto Satre defende a ideia segundo a qual os intelectuais devem agir contra a injustiça, por outro lado, aponta-se como papel do Intelectual *“tornar público e elucidar de maneira dialética o conflito (...) desafiar e derrotar tanto um silêncio imposto quanto a quietude do poder invisível sempre que possível” (SAID, 2004: 40)*.

Quanto mais crescem os problemas sociais, maior é a responsabilidade dos Intelectuais na produção de conhecimento. Portanto, o conhecimento científico deve ser um instrumento de transformação social e afirmação da verdade. Por sua vez, as universidades devem acompanhar as transformações sociais fornecendo um ensino de qualidade que visa transformar o conhecimento como resposta às adversidades sociais. Ademais, a produção do conhecimento deve partir dos problemas de uma determinada sociedade de modo a compreender e propor alternativas para o bem da vida social.

A investigação constitui a base da legitimação da excelência universitária. A pesquisa de qualidade também requer um ensino de qualidade que favoreça o desenvolvimento do espírito crítico, o que pressupõe uma formação não voltada apenas para a dimensão técnica da profissão, mas também para a capacidade de análise das condições histórico-sociais em que se desenvolve o exercício profissional. Ao lado do ensino e da pesquisa destaca-se a extensão, enquanto ferramenta para devolver na sociedade o saber que a universidade constrói. Desta forma, são lançados três desafios na produção do conhecimento e no papel político dos intelectuais:

Os intelectuais devem defender uma universidade democrática, pública e de qualidade, atravessada pela razão crítica, pelo compromisso pelos valores universais e com a sua função pública a serviço da colectividade participando na construção de respostas aos dilemas sociais; Ampliar a investigação sobre os movimentos sociais e os processos de organização popular identificando as forças sociais presentes na construção de alternativas para a sociedade; Criar grupos de investigação e avançar com as pesquisas interdisciplinares e interinstitucionais para possibilitar o aprofundamento sobre temas relevantes e

disponibilizar o conhecimento produzido para a sociedade (IAMAMOTO, 2000: 283).

Iamamoto apresenta um posicionamento de extrema importância, pois, não só aborda a questão da dimensão crítica da formação, da sua qualidade e também do compromisso pelos valores universais, mas também, aborda a questão do intercâmbio interdisciplinar e também interinstitucional, que é abordada também por Blaunde como veremos nos próximos capítulos. A questão da interdisciplinaridade e interinstitucionalidade torna-se importante, pois permite expandir o conhecimento, ela visa maior abertura relativamente a realidade.

A produção do conhecimento é tarefa dos Intelectuais, entretanto, para além da preocupação com o conhecimento produzido e a sua difusão “*devem dedicar igual interesse as possibilidades da sua aplicação prática e do seu emprego em fins políticos (...) sendo imperioso que se converta em fonte de transformação da sociedade*” (FERNANDES, 2009: 129). Portanto, observa-se em Fernandes aquilo que Bobbio já tinha proposto, a produção de um conhecimento que visa alguma utilidade social, não devendo os intelectuais, pautarem apenas pela produção do conhecimento, mas também, ter em conta a sua aplicabilidade no quotidiano.

### **3. Os Intelectuais e a esfera pública**

Este ponto dedica-se a compreensão da relação entre os Intelectuais e o espaço público. Ele visa estudar os contornos da produção Intelectual, a questão da aplicabilidade do conhecimento produzido, uma vez os Intelectuais serem desafiados a não ser meros difusores de conhecimentos, mas sim produtores de conhecimentos que transformam.

A relação entre os Intelectuais e a esfera pública ampliou-se com o avanço dos meios de comunicação. Cresceu o espaço concedido aos Intelectuais para se fazerem ouvir e multiplicaram-se os meios de difusão do conhecimento produzido. Contudo, não houve aumento do seu poder, surge, ao contrário, um outro problema, “*o problema que diz respeito ao nexo [...] entre o poder ideológico e o poder político, relação não simétrica e destinada a se alterar segundo as diversas circunstâncias*” (BOBBIO, 1997: 13).

Através desses meios, o conhecimento transcende fronteiras, pois, uma fala feita num determinado país, imediatamente pode repercutir no mundo por meio de redes sociais entre

outras ferramentas, ampliando as possibilidades de denúncia do Intelectual crítico e engajado. A utilização dessas novas ferramentas, pese embora seja fundamental para o processo de democratização e participação política, não substitui o poder de mobilização e articulação colectivas inerentes ao espaço público.

Antigamente, por exemplo, existia uma interacção directa como é o caso dos Sofistas que de praça em praça ensinavam o significado de cidadania para a sociedade, motivando a sua participação activa na política, contudo, a democratização da informação virtual, ganha espaço e substitui o espaço público pelo espaço electrónico ou virtual. Esta prática une os cidadãos pelo espaço privado colocando mais informação do que conhecimento. Nogueira enfatiza este posicionamento ao afirmar que *“informação em si não é conhecimento e não garante nenhum ganho seguro em termos de compreensão crítica do mundo”* (NOGUEIRA, 2004: 198).

Na mesma linha de pensamento, pode-se aferir também que em Bobbio a quantidade da informação disponibilizada ofusca a qualidade, pois, as opiniões são expressas em várias plataformas, a qualquer momento e, em decorrência disso, fazem-se repetições ou opiniões sobre factos ainda não acontecidos com vista a dar soluções convincentes para os problemas. De quão serem numerosas as informações expressas acabam por se tornar impossível de ler, organizá-las, o que torna-se um desafio as novas tecnologia (Cfr. BOBBIO, 1997: 94).

Hoje vive-se simultaneamente num mundo com excesso de informação, sem tempo para censurar e a comunicação física entre pessoas tendem a reduzir-se. As pessoas isolam-se e ligam-se máquinas medidoras, esquecendo-se o lado convencional da praça pública (Cfr. SANTOS, 1998:120). O processo de digitalização alcança novas especializações que criam um universo cada vez mais restrito de totalização, facto que ofusca a liberdade no concernente à investigação. O conhecimento especializado molda a produção da sociedade e transforma-se em mercadoria. Os avanços na produção não significam necessariamente novas liberdades, ocorrendo sempre o conflito entre liberdade e dominação.

A construção de um projecto de sociedade não implica apenas tomada de poder, mas, acima de tudo, a instauração de um novo modo de pensar que se trava também na batalha das ideias. O que caracteriza os intelectuais nas sociedades é o exercício do poder ideológico. Existe nas sociedades:

ao lado do poder económico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce, não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder económico, mas sobre as mentes pela produção e transformação de ideias, de símbolos, de visões do mundo, de ensinamentos práticos mediante o uso da palavra (BOBBIO, 1997: 11).

Portanto, o desenvolvimento de uma sociedade não depende apenas de tomada de poder, é preciso saber como lidar com este poder. Devem-se traçar estratégias de execução do mesmo que não dependem de materiais necessários para a sobrevivência, mas de ideias de como lidar com esses materiais e também de ensinamentos práticos que são ministrados por meio da palavra.

Na mesma linha, Gramsci discute a questão da conciliação do sentido prático da vida com o sentido cultural, e afirma que os Intelectuais não devem se ocupar apenas de coisas materiais, mas também, com questões de ordem cultural e moral. A construção de uma nova sociedade exige transformações não somente na esfera política e económica, mas também nos campos cultural, Intelectual e moral. E aqui se funda o papel dos Intelectuais, a formação de uma consciência colectiva. Como educadores e persuasores permanentes, os intelectuais contribuem para a emergência de uma nova cultura política (Cfr. GRAMSCI, 2004: 33). O papel dos Intelectuais nos termos de Gramsci, constitui um subsídio na recuperação da sua função histórica e da sua organicidade. Os Intelectuais não devem se silenciar diante das injustiças sociais, nem estar alheios as necessidades mais elementares do povo, não sendo a sua bagagem para destacar-se do povo, mas para integrar-se na causa do mesmo.

Importante lembrar mais um condicionalismo que os Intelectuais encaram no exercício da sua tarefa, a sociedade em que se encontram inseridos e com esta, as consequências decorrentes tanto dos diferentes legados sociais, pois, conforme já afirmara Bobbio cada sociedade tem os seus Intelectuais. Bobbio sustenta esta afirmação a partir da comparação entre dois tipos de sociedade: a que se articula como um todo, ou seja, aquela em que pese embora esteja estruturada em diversas partes, cada uma exerce o seu papel tendo em vista o todo; e aquela que está dividida em partes e que cada parte se articula tendo em conta benefícios próprios.

De acordo com Bobbio (1999: 51), no primeiro caso não dão nenhuma importância a existência de Intelectuais que acreditam constituir um grupo específico. Entretanto, no segundo caso, as sociedades chocam-se umas as outras, decompõem-se e recompõem-se, e destas rupturas nascem

os intelectuais com características próprias cuja tarefa é ser guia ou formadores de consciência e/ou educadores políticos.

Desta feita, destacam-se dois momentos nos quais os Intelectuais desempenham a missão política. O primeiro tem a ver com a “*preparação ideológica do processo de transformação* e o segundo momento refere-se ao “*processo revolucionário em acção* ” (BOBBIO, 1999:52) no qual os Intelectuais passam de promotores de ideias a guias da renovação. Este processo de saída dos Intelectuais de meros promotores de ideias a guias de renovação não é nada mais que a saída da fase de interpretação para a fase de transformação, pois conforme afirma Bastos, “*o pensamento não seguido de acção é estéril*” (BASTOS, 2003: 171).

Conforme referiu-se no capítulo sobre os tipos de Intelectuais, eles devem desempenhar o papel de guias da sociedade, ou seja, elaborar conhecimentos que norteiam a sociedade, mas também dedicar igual esforço para que os conhecimentos produzidos tenham uma implicação prática. Por isso salienta Bastos que o pensamento não seguido de acção é estéril, o que significa que o conhecimento que não visa a dimensão prática da realidade é inútil. Importa, concordar com este pensamento, pois, de nada vale o conhecimento que não tenha nenhuma validade social. O conhecimento deve ser aquele que constrói, ou seja, que transforma.

### CAPÍTULO III: RELAÇÃO ENTRE OS INTELLECTUAIS E A POLÍTICA

Neste capítulo faz - se uma análise da relação entre os Intelectuais e a Política, tendo em conta as formas de poder operativas, o protagonismo Intelectual e Político assim como a filosofia e os Intelectuais em Moçambique.

#### 1. As formas de Poder operativas da análise

A abordagem sobre as formas de poder a serem assumidas neste debate é de extrema importância pois, facultará uma melhor compreensão sobre o tipo de relação que existe ou deve existir entre os Intelectuais e classe política. As formas de poder em causa são precisamente o Poder ideológico e o Poder político. Poder-se-ia acrescentar o Poder económico, pois conforme Bobbio, *“existe ao lado do poder ideológico e político, o poder económico”* (BOBBIO, 1997: 11).

O Poder económico é aquele que se vale da posse de bens necessários numa situação de escassez para suscitar aos que não o possuem a adopção de certa conduta e consiste na execução de um trabalho útil. O Poder ideológico é aquele que se baseia em certas formas de saber, doutrinas, conhecimentos, às vezes informações ou códigos de conduta, para exercer uma influência sobre o comportamento alheio, e induzir os indivíduos a realizar ou não uma determinada acção. O Poder político é aquele cujo meio específico é a força. É considerado sumo poder, ou seja, o poder cuja posse distingue em toda a sociedade o poder dominante, pois, segundo Bobbio, toda sociedade necessita deste poder para defender-se de ataques ou impedir a desagregação interna (Cfr. BOBBIO, 1987: 82-83).

Estas três formas de poder têm um ponto em comum que consiste em contribuir para as desigualdades sociais. O Poder político divide a sociedade em fortes e fracos, o económico em ricos e pobres, o ideológico em sábios e ignorantes, ou seja, em inferiores e superiores. Esta distinção entre as três tipologias de poderes sociais, embora expressas de formas diversas é um dado constante nas teorias contemporâneas nas quais o sistema social aparece articulado em três subsistemas: a organização das forças produtivas, a organização do consenso e a organização do poder coactivo.

Os escritores políticos sempre distinguiram o Poder espiritual do Poder temporal e sempre interpretaram o Poder temporal como sendo o poder sobre as coisas, e abarca tanto o Poder económico, quanto o Poder político. Já o Poder espiritual, hoje entendido como Poder ideológico, actua sobre as mentes e caracteriza-se pela valorização das leis da moral relativas a religião dominante (Cfr. BOBBIO, 1987: 84).

Tanto na teoria tradicional quanto na marxiana, podem ser distinguidas as três formas de poder. A diferença está no facto de que na primeira o poder principal é representado pelo Poder ideológico no sentido de que o Poder económico-político é tido como dependente do espiritual, enquanto na teoria marxiana o poder principal é o económico na medida em que as ideologias e instituições políticas têm a função de garantir a consistência das relações de produção.

No início da Idade Moderna, com exemplo da teoria hobbesiana sobre o Estado natural, o poder por excelência passa a ser o Poder político no sentido em que nasce um grupo de indivíduos com necessidade de sair do estado de natureza o qual é conferida a legitimidade de controlar tanto o Poder ideológico, quanto o Poder económico. Com a teoria hobbesiana, funda-se o Estado moderno cuja formação baseia-se no primado da política. É precisamente neste ponto onde inicia a razão da abordagem sobre as formas de poder que são fundamentais para a percepção da relação entre os intelectuais e a política: o Poder ideológico correspondente aos Intelectuais, e o Poder político, correspondente a Classe política.

O primado da Política está vinculado a doutrina da razão de Estado que nasce e se desenvolve junto da teoria do Estado Moderno, e neste sentido, o primado da Política manifesta-se com a independência do juízo político em relação ao juízo moral ou pela superioridade do primeiro pelo segundo. Existe uma razão de Estado que é diversa a razão dos indivíduos, que significa que “ *o Estado concretamente o homem político é livre para perseguir os seus objectivos sem ser obrigado a levar em consideração os preceitos morais que condicionam o individuo singular nas relações com os outros indivíduos*” (BOBBIO, 1987: 85).

Por sua vez, o Poder ideológico funda-se ou devia fundar-se na razão natural e na valorização dos preceitos morais, nos ideais de verdade e justiça. Esta forma de poder não somente observa os fins, mas também os meios a serem seguidos para alcançar os fins. Ora, o primado da política corresponde a doutrina da necessária imoralidade ou amoralidade da acção política que visa a um determinado fim sem se importar com os meios conforme se pode reter do pensamento de

Maquiavel para o qual os meios usados para conquistar um Estado, não interessam quais sejam, “*são sempre julgados honrosos e por todos louvados*” (MAQUIAVEL *apud* BOBBIO, 1987: 85).

Se se recuar no tempo e se estudar o pensamento político na Idade Medieval e se comparar com o pensamento político moderno, notar-se-á igualmente que o que caracteriza a Idade medieval é o poder espiritual correspondente a total subordinação das acções políticas as leis da moral relativas a religião dominante. O pensamento político moderno surge em oposição ao pensamento político medieval ao colocar a razão de Estado acima da razão natural.

Com a emergência do pensamento político moderno ocorre aquilo que, segundo Bobbio, Benda chamou de decadência moral assim como da racionalidade dos Intelectuais em detrimento da paixão política conforme a seguinte afirmação:

Os intelectuais, por tradição, aplicavam a mente aquilo que é verdadeiro acima dos interesses de tempo e espaço, e eram os servidores da justiça abstrata acima das partes. A partir do momento em que a paixão política se tornou prevalente, os intelectuais começaram a subordinar as verdades eternas aos interesses contingentes da nação, do grupo ou classe, a submeter a razão de justiça à razão de estado: traem assim a sua tarefa (BENDA *apud* BOBBIO, 1997: 45).

Portanto o pensamento político moderno assume uma nova postura que consiste na valorização da razão de Estado que pressupõe o particular e não o universal, as vezes a mentira “útil” e, por conseguinte, a injustiça e não a verdade e justiça, a coacção sempre que necessário e não a persuasão, entre mais características.

Da abordagem feita sobre as formas de poder assumidas pelas classes Intelectual e Política, foi possível denotar que estas classes assumem formas de poder diversas: a classe intelectual, o Poder ideológico, e a classe política o Poder político. O Poder ideológico baseia-se na palavra, na razão natural e pauta ou devia pautar pelos ideais de verdade e justiça, enquanto o Poder político prima-se na razão de Estado, nas leis estabelecidas e na força em caso de necessidade.

## **2. O protagonismo Intelectual e protagonismo Político**

Este ponto visa abordar o tipo de relação que existe ou pode existir entre os Intelectuais e a Política tendo em conta a forma de actuação, bem como os objectivos que cada uma delas

almeja. Apresentar-se-á a proposta de Bobbio num contexto de duas exigências contrárias, bem como o entendimento da filosofia moçambicana relativamente ao tema.

De acordo com Bobbio, o contraste é insanável, pois corresponde a duas exigências contrárias e tal não pode ser de arbítrio de uns ou de outros, mas da natureza dos fins visados por ambos e da incompatibilidade dos meios que devem ser usados para alcançá-los. Por isso o contraste pode ser de vez em quando diluído mais jamais superado (Cfr. BOBBIO, 1997: 83).

Quanto a estes dois modos de compreensão da relação entre o Intelectual e o Político, destacam-se duas vertentes de abordagem: uma que defende a separação entre os Intelectuais e a Classe política a título de exemplo de Weber e Benda, e outra que defende a identidade entre as classes ao exemplo de Gramsci e Marx. A primeira teoria defende que o Intelectual visa o princípio ético de estar acima do combate e tem duas faces. Uma consiste em colocar-se acima do combate para encontrar soluções mais adequadas ao conflito, outra consiste em colocar-se fora do combate numa postura de indiferença com o drama da história.

De acordo com Bobbio os Intelectuais ou clérigos, nos termos de Benda, *“são ou deviam ser aqueles que procurando a satisfação no exercício da arte, ou da ciência ou da especulação metafísica (...) na posse de um bem não temporal, dizem de algum modo: meu reino não é deste mundo”* (BENDA *apud* BOBBIO, 1997: 126). Ao afirmarem, os clérigos, que não são deste mundo, colocam-se fora dos acontecimentos, ficam alheios ao rumo das coisas no mundo uma vez servirem ao bem não temporal.

Afirma Bobbio, não é por acaso que Webber enfatizou a ideia das duas cidades segundo a qual os Intelectuais não podiam servir simultaneamente a “dois senhores”, cabe ao homem da ciência a responsabilidade de preservar a única forma de saber que pode aspirar à intersubjectividade pela corrupção individual e colectivas, dos sentimentos, das mitologias, das concepções gerais do mundo não racionalmente verdadeiros, mas praticamente úteis. A ética do cientista consiste na defesa da única e limitada cidade da razão contra os assaltos da não-razão que se exprime nos juízos de valor, ou seja, os Intelectuais não devem servir simultaneamente a dois mundos, ou servem ao mundo das ideias ou ao mundo das acções. O Intelectual e o Político devem actuar separadamente (Cfr. BOBBIO, 1997: 128).

Entretanto, a segunda teoria defende que os Intelectuais e os Políticos dependem uns de outros na sua actuação, conforme o pensamento a seguir:

a teoria se torna força material assim que se difunde nas massas, a filosofia encontra no proletariado as suas armas materiais assim como o proletariado encontra na filosofia as suas armas espirituais, o cérebro da emancipação humana é a filosofia, seu coração é o proletariado, a filosofia não pode se realizar sem a supressão do proletariado e o proletariado não pode se suprimir sem a realização da filosofia (MARX *apud* BOBBIO, 1997: 132).

Do pensamento supra pode-se aferir que tanto o conhecimento teórico, quanto o prático são necessários, pois o conhecimento teórico que não tem nenhuma implicação prática é inútil. Por sua vez, o conhecimento prático, se não acompanhado por uma teoria que o sustenta é insuficiente, é limitado, não é abrangente. De acordo com Bobbio, Marx propõe deste modo a identidade entre a teoria e a prática, isto é, entre a inteligência que interpreta o mundo e a acção que o transforma. Propõe a identidade entre o Intelectual e o Político. É importante que o Intelectual seja radical, pois, irá observar os princípios éticos no exercício das suas tarefas e que o Político seja revolucionário para não se limitar apenas as leis estabelecidas. Esta postura abrirá espaço a outras opiniões, e ambos operarão com vista a transformação social.

Acrescenta Bobbio, que outro autor que defende a identidade entre o engajamento político e engajamento cultural, é Gramsci e propõe duas tipologias de Intelectuais: tradicionais e orgânicos, sendo o Intelectual orgânico uma resposta crítica a tese do Intelectual independente. O Intelectual tradicional é o humanista, o literato, o orador, cujo modo de ser é a eloquência, o orgânico, ao contrário, é simultaneamente especialista ou técnico, e político. Como político, esse Intelectual exerce o seu poder que o partido, ao qual cabe em primeiro lugar, como partido da classe operária a tarefa da reforma moral e Intelectual da sociedade. *“O partido do proletariado não será apenas um novo príncipe, mas será também o novo intelectual (colectivo) e realizará desse modo, de forma nova a síntese entre teoria e práxis”* (BOBBIO, 1997: 131).

Quanto a estas formas de compreensão da relação entre os Intelectuais e a Política, Bobbio não sugere o afastamento, nem a aproximação entre estes, mas uma concepção relativista da verdade. Bobbio defende que os contrastes de opinião só podem ser resolvidos pela compreensão e tolerância recíproca e aponta pelo princípio de liberdade e pelo caminho do diálogo. E neste aspecto concorda com Habermas, pois este também defende a questão do diálogo, em caso de

existência de conflitos, com vista a satisfação recíproca, pois, a ausência de diálogo levaria ao que Habermas chamou de razão instrumental.

Habermas contrapõe-se ideia de razão instrumental como forma de racionalização da sociedade, ou como o único padrão de racionalização possível e introduz o conceito de razão comunicativa partindo da perspectiva de que nos comunicamos através da palavra e de que a linguagem é uma ferramenta importante de transformação. Por meio da acção comunicativa podemos transformar os aspectos objectivos, subjectivos e sociais do mundo. Propõe uma alternativa racional a razão instrumental a partir de uma ampliação e refinamento da própria ideia de razão, e cria uma dicotomia entre acção estratégica e acção comunicativa. A acção comunicativa gera razoabilidade, racionalidade e criticidade, e é alternativa à acção estratégica voltada apenas para interesses de um grupo ou de um individuo (Cfr. HABERMAS, 1989: 165). Com a acção comunicativa os interlocutores buscam consenso em torno de uma solução que beneficie a colectividade.

Dai que Bobbio propõe a discussão sobre esta temática não do ponto de vista da identidade ou não entre as classes, mas sob ponto de vista da responsabilidade ou da tarefa que os Intelectuais devem assumir, pois o engajamento que os vários autores abordam não se refere ao engajamento como tal, mas engajamento no sentido de tomar partido, isto é, estar deste ou daquele lado. Bobbio considera que nem todos os partidos são justos, e colocar-se a favor deste ou daquele partido poderá não coincidir com a tarefa do Intelectual (Cfr. BOBBIO, 1997: 99).

O problema da responsabilidade dos Intelectuais significa questionar se o Intelectual age com base na ética da pura intenção ou na ética da responsabilidade. No seu entender, os Intelectuais devem assumir duas formas de acção: por um lado, com base na ética da convicção, fornecendo os princípios-guia, por outro lado com base na ética da responsabilidade, fornecendo os conhecimentos técnicos.

O dever dos primeiros é serem fiéis a certos princípios custe o que custar, o dever dos segundos é propor meios adequados aos fins, ou seja, levar em conta as consequências que podem derivar dos meios propostos. Os primeiros têm uma responsabilidade diversa com respeito a pureza dos princípios e não a consequência que pode derivar desses princípios.

Portanto, a responsabilidade evocada neste debate é em relação ao rumo das coisas no mundo, sobretudo se as coisas não vão como os políticos e as pessoas comuns consideram que deveriam ir. De acordo com Bobbio, Coser sintetiza a relação entre os intelectuais e o poder em quatro perspectivas:

os próprios intelectuais estão no poder, o que significa que os intelectuais e a classe política são interdependentes; os intelectuais exercem sua influência sobre o poder estando fora dele, elaborando propostas que poderão ou não ser úteis para melhorar as relações de convivência presididas pela actividade política ou fornecendo informações históricas económicas e técnicas aos políticos para facilitar as suas deliberações ou para torná-las menos casuais e arbitrárias. Quanto mais os problemas políticos se tornam complicados, quanto mais o Estado assume tarefas que requerem conhecimentos técnicos cada vez mais especializados e essa tarefa dos intelectuais se torna indispensável; os intelectuais desempenham um papel de legitimar o poder constituído; os intelectuais adoptam uma postura constante de crítica do poder, são por vocação os antagonistas do poder seja qual for a forma assumida pelo poder, porque o poder, sob qualquer forma, é instrumento de opressão, de não liberdade, de domínio cego e arbitrário, é por definição obtuso, isto é, inimigo da inteligência e despótico, ou seja, inimigo da liberdade (COSIER *apud* BOBBIO, 1997: 104).

Portanto, os tipos de relações que os Intelectuais têm com o Poder apresentadas acima, recaem sobre a identidade entre os Intelectuais e os Políticos, entretanto, Bobbio indica o quinto modo de relação entre os Intelectuais e o Poder, típico dos Intelectuais que consideram não ter nada a ver com os eventos sociais, já que tais pertencem a uma esfera diversa daquela a se movem. Esse tipo de relação concebe a relação dos Intelectuais com o Poder político como se fosse o único aspecto do problema da relação entre os Intelectuais e a Política. Este tipo de relação não reconhece a dimensão política como tal, a Política da cultura, independentemente do diverso modo pelo qual o Intelectual estabelece uma relação com o Poder político.

Segundo Bobbio (1997: 105), falar de dimensão política da cultura é falar de uma Política alheia a Política dos políticos, a Política ordinária. A política da cultura visa numa concepção ampla da Política, entendida como actividade dedicada a formação e a transformação da vida social. A Política da cultura permite a formação de opiniões, é multifacetada, enquanto a ordinária segue apenas o estipulado por lei, ou seja, é limitada.

Não existe apenas Política dos políticos, senão não haveria lugar para os grandes debates de ideias, isto é, de reflexão sobre os problemas de convivência não imediatamente práticos mas praticáveis que contribuam para mudar o mundo e não somente para compreendê-lo e interpretá-

lo. Este posicionamento pressupõe o princípio autonomia relativa da cultura, não significando, portanto, a separação da cultura e da Política, mas sim uma identidade de forma particular, ou seja, a Política e a cultura se encontram e quase se identificam em alguns momentos dramáticos da história (Cfr. BOBBIO, 1997: 103).

Com este posicionamento Bobbio sugere a não redução das esferas onde se desenvolve a vida humana à Política, pois esta postura conduziria ao totalitarismo. Assumir este facto significa unir o pessoal e o político, por outras, significa não observar a diferença existente entre o político e o pessoal.

A Política da cultura visa tornar possível a realização da síntese Política. Existe nela “*um princípio de unidade e amizade, diferentemente da política ordinária da qual se diz que está fundada sobre a divisão e rivalidade (...) sua tarefa é impedir que ela se enrijeça em suas reivindicações e que a violência se torne inevitável*” (BOBBIO, 1997: 107). A Política da cultura tem um determinado modo de entender a relação entre Política e cultura, em outras palavras, os Intelectuais tem um modo específico de entender a Política e de delimitar a esfera da Política ordinária e da cultura que tem, ou deve ter a sua própria Política, afastando-se de si o Intelectual que visa desenvolver uma Política do tipo aquela que o Intelectual desenvolve como cidadão.

Acreditar na totalidade da Política significa cair na politização ou estatização integral da vida em que consiste um Estado totalitário. Só quem acredita que a Política não é tudo chega a se convencer de que a cultura desenvolve uma acção em longo prazo que também é Política, porém uma Política diversa. Bobbio considera que “*a melhor prova da presença da cultura na sociedade contemporânea é o debate sempre vivo e actualíssimo, sobre a tarefa e responsabilidade dos intelectuais*” (BOBBIO, 1997: 91).

Bobbio constata também a profunda alteração das dimensões da problemática da relação entre os Intelectuais e a Política, problemática que se renova “*toda vez que a cena política é atravessada por uma acção que sai fora dos esquemas habituais*” (BOBBIO, 1999: 92), em função da multiplicação dos meios de comunicação de que os Intelectuais dispõem na sociedade contemporânea para exercer o poder que lhes é próprio, o Poder ideológico.

Aliais, Bobbio só veio aprofundar a discussão em torno deste fenómeno, pois, já tinha iniciado na sua obra *Os intelectuais e o Poder*, ao referir que as relações entre os Intelectuais e o Poder

nunca foram pacíficas. Não o foram porque os políticos sempre tiveram consciência da diversidade dos fins que o Intelectual e o Político almejam, e procuram ou subordinar os Intelectuais, ou em caso de situação de oposição, impedi-los de causar prejuízos, conforme dizia Maquiavel que os inimigos devem ser suavizados ou eliminados. Por outro lado, os Intelectuais frequentemente demonstraram sua superioridade sobre os políticos, uma vez os considerarem homens dedicados a uma actividade meramente prática, que devem continuamente comprometer-se com as debilidades, e às vezes com as perversidades das multidões.

### **3. A Filosofia e os Intelectuais em Moçambique**

O intelectualismo em Moçambique é caracterizado como tarefa de grandes desafios devido a influência e dominação política na vida social dos cidadãos. Ademais, a intolerância política acentua-se cada vez mais nos últimos dias apesar de diversos discursos sobre a liberdade de expressão e escolha. Acima de tudo, importa a comunidade académica e de modo particular à filosofia, compreender o contributo ou papel dos mesmos na luta pelo desenvolvimento da sociedade.

Em Moçambique, a filosofia deve situar-se ao próprio tempo por meio da história. Interrogar-se sobre a própria temporalidade histórica, mais sempre em função de uma particularidade que nos é própria. Deve-se voltar para a nossa vida política, para a nossa democracia e para as nossas instituições não como simples imitativas do ocidente. Deve ousar inventar uma democracia do povo no respeito pelo povo, da nossa própria cultura e cultivar o nosso jardim e tomar a sério a democracia. A história da Filosofia moçambicana não deve se limitar apenas na luta pela colonização, mas, *“a filosofia reflecte sempre uma determinada contextualidade. A contextualidade é fonte de pluralidade e essa pluralidade não depende de simples razões geográficas nem do exotismo, mas sim de razões hermenêuticas, antropológicas e éticas”* (NGOENHA, 2004: 73).

Enquanto Ngoenha coloca a contextualidade, Mucale (2013: 26), coloca o termo afrocentricidade que deve significar literalmente colocar os ideais africanos no centro de qualquer análise que envolva os interesses e ideais ou mesmo comportamentos africanos. Refere também a África como um espaço geopolítico, sociocultural, epistemológico e dotado de mentes capazes de reflectir a sua própria história. Esse autor concebe a afrocentricidade enquanto perspectiva

filosófica como aquilo que pauta pela intervenção nos assuntos africanos ou que dizem respeito ao africano no que toca a sua cultura, sua história, seu modo de vida.

A filosofia deve pensar a realidade moçambicana no seu processo histórico singular como centro de violência da escravatura, do colonialismo, de um marxismo extremo, de guerra de interesses neocoloniais marcados de guerra civil, uma democracia que vai fazer, apesar das dificuldades, o seu caminho. Deve-se tentar reflectir e discutir sobre o nosso continente e reflectir a história de Moçambique.

Na perspectiva de Ngoenha (2004: 78), solicitar a Filosofia com a sua história e método a seguir dialogicamente o percurso histórico de Moçambique, significa levar a Filosofia como parceiro na elucidação dos problemas assim como de soluções. Neste contexto, o autor propõe três campos fundamentais de saber para a contribuição da Filosofia em Moçambique que são epistemologia, política e ética. Assim, a Filosofia pode ajudar a tomar consciência da necessidade de uma introspecção crítica sobre a nossa história.

A escolha de Epistemologia como campo de investigação em Moçambique visa resolver ou superar as dificuldades que os estudantes têm face às questões especulativas. Portanto, a Epistemologia vai contribuir para os estudantes analisarem e trazer a contribuições nos outros campos de saber como Gnosiologia enquanto teoria de conhecimento e crítica, *“a epistemologia pode trazer outra contribuição, [...] ela é também conhecida por Gnosiologia, teoria do conhecimento e critica. [...] dizer critica significa referir se a uma atitude de espírito que consiste em analisar rigorosamente”* (NGOENHA, 2004: 79). Ngoenha não trata de pensar sobre a política, mas sim reflectir filosoficamente a Política e a democracia em Moçambique, a Filosofia política deve ter em conta os objectivos práticos do político para pensar na sua complexidade.

Pode-se compreender que a Filosofia política durante há muito tempo é considerada como uma filosofia de conhecimento, *“este conhecimento do justo, bem e do verdadeiro comportava uma obrigação moral irrecusável”* (NGOENHA, 2004: 88). Enquanto Ngoenha acredita que a Filosofia política deve lutar pela justiça, por outro lado, os Intelectuais desempenham a função de legitimar o Poder, ou seja, são porta-vozes da comunidade.

O papel dos Intelectuais em Moçambique fundamenta-se na busca pela liberdade, justiça e acima de tudo pelo bem social. O caso da Filosofia, é um exemplo na medida em que milita desde os seus primórdios, a descolonização assim como o fim das desigualdades. Entretanto, este exercício não é uma missão de fácil materialização, pois, exige um compromisso com a causa social tendo em conta as consequências que podem advir do mesmo.

Este compromisso pela causa social pressupõe, conforme sugere Blaunde (2018: 24), uma atitude de coragem e decisão. Os africanos devem tomar consciência da necessidade de construir por si próprio, uma Filosofia científica específica que tenha por base a realidade e/ou condições locais. E neste aspecto, Blaunde, Mucale e Ngoenha propõem uma Filosofia que tenha em vista a questão da contextualidade e do africano como centro das análises e/ou pesquisas.

Para além de assumirem a atitude de coragem e decisão, os africanos são chamados a abandonarem a sua forma de pensar sempre ligada aos mitos de antiguidade. Os filósofos africanos devem estabelecer uma ligação com o passado de forma crítica e não dogmática, isto é, o passado deve ser servidor do presente e não o contrário.

Importa salientar que em Blaunde não somente os filósofos têm responsabilidades nesta luta, as autoridades políticas também são desafiadas a *“permitir aos africanos desenvolverem a sua capacidade de enriquecer o conhecimento científico”* (BLAUNDE, 2018: 15). Contudo, as autoridades políticas tendem a barrar a manifestação do conhecimento, ou seja, limitam os africanos o exercício da tarefa que lhes é própria com vista a satisfazer os próprios interesses conforme afirma o autor:

Muitos governantes africanos temem a atitude de questionamento, pois, sabem que ela abre a consciência do povo. Então, eles optam pela estagnação para continuar a servir os seus compromissos com o ocidente, para continuarem a servir o seu egoísmo, a sua ambição. Recusar o espírito filosófico em África é negar o desenvolvimento da ciência, e, conseqüentemente, o desenvolvimento de África (BLAUNDE, 2018: 405-406).

O pensamento de Blaunde coincide com o pensamento de Bobbio segundo o qual os políticos têm a tendência de silenciar os Intelectuais, também entendidos como filósofos, para não perigarem o exercício do seu poder. Ademais, as relações entre os intelectuais e os políticos nunca foram pacíficas devido a diversidade dos interesses, ou seja, enquanto os Intelectuais

lutam pela justiça social, os políticos lutam por interesses pessoais assim como subordinar os filósofos.

À semelhança das autoridades políticas, as universidades também têm os seus desafios no desenvolvimento de uma pesquisa que ajude os africanos e em particular, os moçambicanos a saírem da sua menoridade e de meros consumidores, “*os africanos devem identificar e apropriar-se dos segredos da ciência e deixar de receber os produtos dela*” (BLAUNDE, 2018: 357). Os africanos devem dotar-se do espírito inventivo e quebrar os hábitos de consumo, desenvolverem uma Filosofia da ciência ou um conhecimento novo do tipo científico.

Outro aspecto não menos importante que Blaunde propõe é a interação entre os filósofos africanos com outros africanos que não sejam filósofos. Os filósofos não devem fechar-se a si próprios, devem interagir com os outros e/ou outras áreas de conhecimento como forma de expandir a sua filosofia. Esta postura permitirá que intelectuais africanos, e em especial os moçambicanos tenham uma visão mais abrangente sobre a realidade.

Importa apresentar uma reflexão sobre a questão ligada ao papel dos Intelectuais, concretamente no que se refere as causas que nos levam a pensar na crise dos mesmos. As várias abordagens apresentadas até então, convergem na medida em que apontam o fraco desempenho dos Intelectuais como resultado do capitalismo, no sentido em que as actividades Intelectuais são reduzidas a questão do mercado; do fraco nível de ensino, na medida em que as instituições de ensino não pautam por uma formação de qualidade; da má-fé das autoridades políticas pelo facto de limitarem os intelectuais ao exercício das suas tarefas, em prol da satisfação de interesses próprios. Outras abordagens apontam para questões sociais, para o consumismo, mas em nenhum momento reflectem a questão dos próprios estudantes e/ou formandos.

Não somente as autoridades políticas e as instituições de ensino assumem a responsabilidade na produção do conhecimento. O corpo discente também é chamado a assumir a responsabilidade na busca pelo conhecimento, o que pressupõe que os mesmos não se acomodem, isto é, não se limitem a serem meros depositários do conhecimento disponibilizado pelo corpo docente. Os estudantes e/ou formandos devem desenvolver uma cultura de pesquisa, de busca incessante pelo conhecimento. Esta postura os facultará uma abertura da mente no sentido de os tornar capazes de elaborar discursos próprios. Sucede que os formandos actuais estão apenas preocupados com a aquisição do título académico, não mais se importam com o conhecimento. Portanto, não

devemos atribuir a responsabilidade apenas aos políticos e ao corpo docente, mas também aos formandos sobretudo no contexto africano e, de forma especial, no contexto moçambicano.

## CONCLUSÃO

Da reflexão feita sobre o tema *A narrativa da crise dos Intelectuais em Norberto Bobbio* constata-se que quando se fala de intelectualidade e/ou Intelectuais refere-se aos escritores, artistas e cientistas engajados pelo exercício da cultura e autoridade social nos debates públicos. Portanto, de qualquer ponto de vista, os Intelectuais são tidos como produtores de conhecimento cuja utilidade é meramente Social.

O papel dos Intelectuais passa pela produção de conhecimento para utilidade social. Entretanto, esta prática encontra algumas dificuldades quanto a sua relação com o poder político. Contudo, como forma de assegurar o bem Social, Bobbio insiste na ideia de que a melhor saída para este problema é pautar por uma autonomia dos Intelectuais de modo a evitar uma crise dos mesmos, não obstante, a da sociedade em geral tendo em conta ou em vista a responsabilidade que eles têm ou devem assumir.

A narrativa sobre a crise dos Intelectuais pode ser vista também como consequência da incapacidade de formular discursos capazes de resolver os problemas levantados socialmente, devido ao fraco desenvolvimento do espírito de pesquisa crítico e pela falta de engajamento. A mesma crise advém da falta de intelectuais públicos, ou seja, os Intelectuais limitam-se em escrever teses e confinam-se nas entidades académicas e não públicas, isto é, não escrevem para a crítica social.

Bobbio advoga que quanto às questões históricas, a organização social e o poder vigente, a função dos Intelectuais muda de sociedade para sociedade, de época para época e também do poder dominante cuja relação pode ser ora de contraposição, ora de aliança. Em outras palavras, as tarefas dos Intelectuais dependerão do processo histórico, da forma de organização social, do poder dominante e também das funções específicas que eles são chamados a desempenhar nesse processo.

No que se refere ao contexto moçambicano, pode-se afirmar que com o advento dos movimentos de resistência do povo africano, alguns intelectuais começaram a protagonizar alguns movimentos para consciencializar os negros de sua condição deplorável, a afrocentricidade que mais tarde se tornou em um paradigma se afirma como uma ferramenta de resgate da consciência histórica africana do reposicionamento do africano como agente e não objecto de sua história e

acima de tudo coloca o africano no centro de sua reflexão, onde o africano é estudado dentro dos cânones da africanidade. Outra questão não menos importante é a abertura que os Intelectuais moçambicanos devem ter, não devendo estes fecharem-se a si próprios, devem, pois, interagir com os outros com vista a expandir o conhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Do autor

BOBBIO, N. (1987). *Estado, Governo, Sociedade*: para uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira, 14 Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. (1997). *Os Intelectuais e o poder*: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: unesp.

\_\_\_\_\_. (1998). *Dicionário de Política*. Trad. Joao Ferreira, 11ª Ed., Brasília, Universidade de Brasília, Vol. 1.

\_\_\_\_\_. (1999). *Intelectuais e vida pública na Itália*. In: BASTOS, E.R, REGO, W.D.L. (orgs). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'agua.

\_\_\_\_\_. (2013). *Democracia, Direitos Humanos, Guerra e Paz*. João Pessoa: UFPB. Vol. 1.

### Complementares

A.A.VV. (1981). *Enciclopédia Mirador Internacional*. Brasil Publicações, São Paulo.

A.A.VV. (1999). *Enciclopédia Verbo*. João Bigotte Chorão (Org.). Editorial Verbo: Lisboa, São Paulo. Vol. 8.

A.A.V.V. (2000). *Enciclopédia Verbo*. João Bigotte Chorão (Org.). Editorial Verbo: Lisboa, São Paulo. Vol. XV.

A.A.V.V. (2002). *Enciclopédia Verbo*. João Bigotte Chorão (Org.). Editorial Verbo: Lisboa, São Paulo. Vol. 22.

ADORNO, T.W. (1993). *Mínima moralia* : reflexões a partir da vida danificada. Trad. Luiz Eduardo Bicca, 2ª Ed., São Paulo: Ática.

\_\_\_\_\_. (2009). *Dialética negativa*. Trad. Marco António Casanova, Rio de Janeiro: Zahar Editora.

- ARENDDT, A. (2009). *Sobre a violência*. 13ª Ed., Civilizacao Brasileira.
- BASTOS, E.R., RIDENTI, M., ROLLAND, D. (2003). *Intelectuais: sociedade e política*. Brasil-Franca. São Paulo: Cortez Editora.
- BLAUNDE, J. (2018). *A filosofia do conhecimento de Gaston Bachelard: uma urgência para a epistemologia africana?* Maputo: imprensa Universitária.
- CHAUÍ, M. (1995). *Convite à filosofia*. 3ª Ed. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_. (2006). *Introdução à filosofia*. São Paulo: Ática.
- CURY, S. (2008). *Compreender o Intelectual*. 3ª Ed. Petrópolis: RJ, Vozes.
- FERNANDES, F. (2009). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global Editora.
- FIGUEIREDO, C. (1899). Grande dicionário de língua portuguesa. 25ª Ed., Bertrand Editora, Vol. 2.
- FOUCAULT, M. (2017). *Microfísica do Poder*. 5ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GRAMSCI, A. (1982). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho, 4ª Ed., Vol. 48, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (2004). *Cadernos do cárcere*. Trad. Carlos Nelson Coutinho, 3ª Ed., Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HABERMAS, J (1989). *Consciência moral e agir comunicativo*. Trad. Guido A. De Almeida, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- IAMAMOTO, M.V. (2000). *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3ª Ed., São Paulo: Cortez.
- JACOBY, R. (1990). *Os últimos intelectuais*. Trad. Magda Lopes, São Paulo: Trajectória Cultural, Edusp.
- KELLNER, D. (2004). *Intelectuais e novas tecnologias*. In: MORAES, D. (org). *Combates e utopias*, Rio de Janeiro: Record.

- MACHADO, M.I. (2019). *Filosofia contemporânea*. Ponta Grossa, PR: Antena Editora.
- MUCALE, E. (2013). *Afrocentricidade: complexidade e liberdade*. Maputo: Paulinas.
- NGOENHA, S. (2004). *Os Tempos da Filosofia: filosofia e democracia moçambicana*. Maputo: Imprensa Universitária.
- NOGUEIRA, M.A. (2004). *Um Estado para a sociedade civil*. São Paulo: Cortez.
- PASOLD, C. (2021). *Ensaio Sobre a Ética de Norberto Bobbio*. 2ª Ed., UNIVALI.
- PLATÃO. (380 a.C.). *A República*. Editora Independente, 1ª Ed. Disponível em <https://www.baixelivros.com>. Acesso no dia 03 de Agosto de 2025.
- REALE, G; ANTISERI, D. (2003). *História da Filosofia: filosofia pagã antiga*. Trad. Ivo Storniolo, Vol. 1, São Paulo: Paulos.
- SAID, E. (2004). *Fora do lugar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, J. (2004). *Empurras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. Rio de Janeiro: Global.
- SANTOS, R. (1998). *Os novos média e o espaço público*. Trajetos, Gradiva.
- SARTRE, J-P. (1994). *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática.
- TOUCHARD, J (2003). *História das Ideias Políticas: da Grécia ao fim da Idade Media*. Vol. 1, 3ª Ed.
- WEBER, M. (1972). *Ciência e política: duas vocações antagónicas*. São Paulo: Cultrix.
- [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Norberto\\_Bobbio](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Norberto_Bobbio). Acesso no dia 22 de Agosto de 2024.